Veste S.A. Estilo

Demonstrações financeiras individuais e

consolidadas em

31 de dezembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antonio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Veste S.A. Estilo

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Veste S.A Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.) doravante denominada "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Veste S.A. Estilo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura (decorrente da compra da Dudalina S.A.) e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida (marcas e patentes e fundo de comércio)

Veja notas 5, 6.h, 6.l.(ii) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras saldos significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da compra da Dudalina S.A., e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida (marcas e patentes e fundo de comércio). O cálculo do valor recuperável desses ativos envolve premissas para se estimar os fluxos de caixa futuros esperados, tais como: taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para se estimar os fluxos de caixa futuros esperados, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, realizamos os seguintes procedimentos: (i) Avaliamos a razoabilidade e a consistência das premissas taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto, que foram utilizadas para determinar os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa. (ii) Analisamos se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, condizentes com a data-base analisada e se são provenientes de fontes confiáveis. – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do ágio por expectativa de rentabilidade futura (decorrente da compra da Dudalina S.A.) e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja notas 5, 6.e e 29.b das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social possam ser utilizadas. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por estratégias corporativas e pelo cenário econômicos, tais como: taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para se estimar os lucros tributáveis futuros, que possui risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliamos se o estudo técnico de viabilidade, preparado pela Administração da Companhia, foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; - Com o auxílio de nossos especialistas de impostos diretos e finanças corporativas: (i) analisamos se as premissas utilizadas no estudo técnico de viabilidade estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e se são condizentes com o orçamento elaborado pela Administração da Companhia; (ii) testamos se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as projeções de lucros tributáveis futuros; e (iii) Avaliação das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e as diferenças temporárias, incluindo confronto das mesmas com as escriturações fiscais correspondentes e avaliação da natureza das diferenças temporárias apuradas. - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos como aceitável o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Remensuração do valor justo na conversão de debêntures em novas ações da Companhia	
Veja notas 6.i e 16 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia desreconheceu parte do passivo de debêntures e reconheceu em seu patrimônio líquido um aumento de capital, advindo da conversão dessas debêntures emitidas em novas ações da companhia. A remensuração do valor justo das debêntures envolveu julgamento da administração para a escolha das premissas de precificação dos títulos, na data base da operação, que contemplam preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, e taxa referencial. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas e a aplicação do método utilizado para se estimar o valor justo das debêntures, que possui risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Avaliamos a razoabilidade e a consistência das premissas utilizadas para suportar o cálculo do valor justo das debêntures convertidas em novas ações da Companhia e conferimos as contabilizações dos respectivos impactos contábeis desta transação; e (ii) Testamos se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistentes e se não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar na estimativa do valor justo reconhecido na conversão de debêntures em novas ações da Companhia. - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos como aceitável a remensuração do valor justo reconhecido na conversão de debêntures em novas ações da Companhia e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no

Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas

demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma

perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explic.	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	48.827	34.139	48.835	34.155
Títulos e valores mobiliários	8.b	14.157	11.954	14.157	11.954
Contas a receber	9	111.400	156.901	111.400	156.901
Estoques	10	271.359	231.503	271.359	231.503
Imposto a recuperar	11	45.314	63.059	45.314	63.059
Despesas antecipadas		6.455	3.657	6.455	3.657
Outros créditos a receber		1.854	2.448	1.859	2.454
		499.366	**503.661**	**499.379**	**503.683**
Não circulante					
Ativo Realizável a Longo Prazo					
Depósito judicial	22	8.412	2.528	8.412	2.528
Contas a receber	9	626	7.739	626	7.739
Impostos a Recuperar	11	80.619	117.818	80.619	117.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	240.785	153.971	240.785	153.971
		330.442	**282.056**	**330.442**	**282.056**
Imobilizado	13	271.462	269.693	271.462	269.693
Intangível	14	490.347	465.946	490.398	466.033
		1.092.251	**1.017.695**	**1.092.302**	**1.017.782**
Total do ativo		**1.591.617**	**1.521.356**	**1.591.681**	**1.521.465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explic.	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Circulante					
Cessão de recebíveis com direito de regresso	9	40.465	26.532	40.465	26.532
Financiamentos	15	26	17	26	17
Debêntures	16	-	146.421	-	146.421
Fornecedores	17	129.437	116.587	129.559	116.838
Provisões diversas		15.273	17.968	17.982	20.866
Obrigações tributárias	18	41.768	45.681	41.768	45.681
Obrigações trabalhistas	19	61.671	58.352	61.671	58.352
Outras contas a pagar		18.217	9.929	18.402	10.166
Passivo descoberto de controlada	12	2.952	3.277	-	-
Arrendamentos	20	52.532	56.240	52.532	56.240
Dividendos a pagar	23	13.128	-	13.128	-
		375.469	**481.004**	**375.533**	**481.113**
Não circulante					
Financiamentos	15	5.886	5.869	5.886	5.869
Debêntures	16	122.336	1.432.630	122.336	1.432.630
Obrigações Tributárias	18	8.147	9.972	8.147	9.972
Arrendamentos	20	109.481	89.607	109.481	89.607
Provisão para contingências	22	35.069	29.998	35.069	29.998
Total do Passivo		**280.919**	**1.568.076**	**280.919**	**1.568.076**
		656.388	**2.049.080**	**656.452**	**2.049.189**
Patrimonio Líquido					
Capital social	23	824.758	624.758	824.758	624.758
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	20.000	-	20.000	-
Reservas de capital	23	25	25	25	25
Ajustes de avaliação patrimonial	23	(962)	(1.179)	(962)	(1.179)
Reservas de Lucros	23	91.408	-	91.408	-
Prejuízos acumulados		-	(1.151.328)	-	(1.151.328)
		935.229	**(527.724)**	**935.229**	**(527.724)**
Total do passivo e patrimonio líquido		**1.591.617**	**1.521.356**	**1.591.681**	**1.521.465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)

Demonstrações do resultado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Explic.	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Receita líquida de vendas	24	1.065.898	875.882	1.065.898	875.919
Custo dos produtos vendidos	25	(405.415)	(418.708)	(405.415)	(418.708)
Lucro bruto		**660.483**	**457.174**	**660.483**	**457.211**
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(141.222)	(120.249)	(141.481)	(120.866)
Despesas com vendas	26	(487.019)	(435.248)	(487.051)	(435.261)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(20.158)	(7.422)	(20.158)	(7.422)
Outras receitas	27	233.935	7.645	233.935	7.645
Outras despesas	27	(31.918)	(578.842)	(31.919)	(578.824)
Equivalência Patrimonial		(307)	(591)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**213.794**	**(677.533)**	**213.809**	**(677.517)**
		-			
Despesas financeiras	28	(264.229)	(162.582)	(264.244)	(162.600)
Receitas financeiras	28	18.896	2.773	18.896	2.775
		(245.333)	**(159.809)**	**(245.348)**	**(159.825)**
Resultado antes dos impostos		**(31.539)**	**(837.342)**	**(31.539)**	**(837.342)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	86.814	33.029	86.814	33.029
Lucro líquido (prejuízo) do exercicio		**55.275**	**(804.313)**	**55.275**	**(804.313)**
Resultado por ação do exercício - básico	23	0,06514	(11,68197)	0,06514	(11,68197)
Resultado por ação do exercício - diluído	23	0,06514	(11,68139)	0,06514	(11,68139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)
Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(31.539)	(837.342)	(31.539)	(837.342)
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos impostos ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	169.502	152.497	169.533	152.511
Redução ao valor recuperável (impairment) do imobilizado e intangivel	13 e 14	10.511	558.343	10.511	558.343
Constituição para perda de estoque		8.961	29.093	8.961	29.093
Adição de provisões diversas		6.876	-	6.876	-
Resultado na venda/baixa do intangível		374	15	374	15
Constituição de provisão para contingências	22	13.045	15.165	13.045	15.165
Despesas de juros	15 e 16	193.141	109.125	193.141	109.125
Valor justo por conversão de debêntures em aumento de capital	23	(233.907)	-	(233.907)	-
Valor justo por remensuração das debêntures	16	(12.089)		(12.089)	-
Despesas de juros sobre cessão de recebíveis com direito de regresso		6.419	2.403	6.419	2.403
Variação cambial		-	103	-	103
Constituição para perda esperada de recebíveis comerciais	9	20.158	7.422	20.158	7.422
Juros de arrendamentos	20	16.120	14.064	16.120	14.064
Equivalência patrimonial	12	307	591	-	-
		167.879	**51.479**	**167.603**	**50.902**
Variação de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber	9	32.456	(53.824)	32.456	(53.815)
Estoques	10	(48.817)	23.709	(48.817)	23.709
Impostos a recuperar	11	54.944	55.860	54.944	55.860
Despesas antecipadas		(2.798)	(1.274)	(2.798)	(1.274)
Outros créditos a receber		594	670	596	670
Depósitos judiciais	22	(5.884)	560	(5.884)	560
Fornecedores	17	12.850	462	12.721	575
Obrigações tributárias	18	(5.738)	17.764	(5.738)	17.764
Obrigações trabalhistas	19	3.319	15.130	3.319	15.130
Outras contas a pagar		8.288	45	8.234	8
Consumo de provisões diversas		(9.571)	5.810	(9.760)	5.769
Pagamento de contingências	22	(7.974)	(4.147)	(7.974)	(4.147)
Caixa proveniente das nas atividades operacionais		**199.548**	**112.244**	**198.902**	**111.711**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	13	(29.820)	(14.030)	(29.820)	(14.030)
Aquisição de intangível	14	(100.944)	(72.558)	(100.939)	(72.659)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	4	(2.203)	(723)	(2.203)	(723)
Aportes de capital em investida	12	(416)	(752)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(133.383)**	**(88.063)**	**(132.962)**	**(87.412)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	-	5.869	-	5.869
Captação de cessão de recebíveis com direito de regresso	9	144.818	71.066	144.818	71.066
Pagamento de juros de financiamentos	15 e 16	(393)	-	(393)	-
Pagamento de principal e juros de cessão de recebíveis com direito de regresso		(137.304)	(46.937)	(137.304)	(46.937)
Aumento de Capital Social	23	109	-	109	-
Adiantamento para Aumento de Capital	23	20.000		20.000	-
Gastos com Aumento de Capital Social	23	(2.960)		(2.960)	-
Pagamento de arrendamentos	20	(75.747)	(76.117)	(75.747)	(76.117)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(51.477)**	**(46.119)**	**(51.477)**	**(46.119)**
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior		**-**	**-**	**217**	**(239)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**14.688**	**(21.938)**	**14.680**	**(22.059)**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	8	34.139	56.077	34.155	56.214
No final do exercício	8	48.827	34.139	48.835	34.155
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**14.688**	**(21.938)**	**14.680**	**(22.059)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

			Reservas de capital				Reservas de lucros					
	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Sobre incorporações	Reserva de capital	Reserva de ágio na emissão de ações	Outorga de ações	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção de lucros para orçamento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**958.750**		**971**	**-**	**896.676**	**6.114**	**25.494**	**64.579**	**330.268**	**(940)**	**(2.005.084)**	**276.828**
Resultado abrangente Total:												
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(804.313)	(804.313)
Absorção prejuízo	(333.992)	-	(971)	-	(896.676)	(6.089)	(25.494)	(64.579)	(330.268)	-	1.658.069	-
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior	-		-	-	-	-	-	-	-	(239)	-	(239)
	(333.992)	-	(971)	-	(896.676)	(6.089)	(25.494)	(64.579)	(330.268)	(239)	853.756	(804.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**624.758**	**-**	**-**	**-**	**-**	**25**	**-**	**-**	**-**	**(1.179)**	**(1.151.328)**	**(527.724)**
Transação de Capital com os sócios:												
Aumento de capital (Nota 23)	200.000	-	-	1.437.456	-	-	-	-	-	-	-	1.637.456
Aumento de capital social mediante emissão de novas ações (Nota 23)	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000
Capital social a integralizar (Nota 23)	(100.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)
Recursos para Aumento de Capital Social (Nota 23)	-	20.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000
Custo com emissão das ações	-	-	-	(2.960)	-	-	-	-	-	-	-	(2.960)
	200.000	20.000	-	1.434.496	-	-	-	-	-	-	-	1.654.496
Resultado abrangente Total:												
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.275	55.275
Ganhos realizados sobre instrumentos patrimoniais próprios emitidos ao credor mensurados a valor justo por meio do resultado (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(233.907)	-	(233.907)
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	217	-	217
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(233.690)	55.275	(178.415)
Destinação:												
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(1.434.496)	-	-	-	-	-	233.907	1.200.589	-
Destinação para reserva legal (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	2.764	-	-	-	(2.764)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.128)	(13.128)
Destinação para reserva de orçamento de capital									88.644	-	(88.644)	-
	-	-	-	(1.434.496)	-	-	2.764	-	88.644	233.907	1.096.053	(13.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**824.758**	**20.000**	**-**	**-**	**-**	**25**	**2.764**	**-**	**88.644**	**(962)**	**-**	**935.229**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Resultado do exercício	55.275	(804.313)	55.275	(804.313)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	217	(239)	217	(239)
	217	**(239)**	**217**	**(239)**
Resultado abrangente do exercício	55.492	(804.552)	55.492	(804.552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)
Demonstração do valor adicionado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Receitas	1.519.535	1.094.625	1.519.535	1.094.661
Vendas de mercadorias e produtos	1.316.369	1.094.402	1.316.369	1.094.438
Outras receitas	223.324	7.645	223.324	7.645
Constituição para perda esperada de recebíveis comerciais	(20.158)	(7.422)	(20.158)	(7.422)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(536.532)	(539.837)	(536.791)	(540.435)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(347.821)	(372.808)	(347.821)	(372.808)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(139.629)	(108.971)	(139.888)	(109.570)
Outros custos	(49.082)	(58.058)	(49.082)	(58.057)
Valor adicionado bruto	983.003	554.788	982.744	554.226
Depreciação e amortização	(169.502)	(152.497)	(169.535)	(152.511)
Impairment	(10.517)	(558.342)	(10.517)	(558.342)
Valor adicionado líquido	802.984	(156.051)	802.692	(156.627)
Valor adicionado recebido em transferência	18.590	2.182	18.897	2.776
Resultado de Equivalência Patrimonial	(307)	(591)	-	-
Receitas financeiras	18.897	2.773	18.897	2.776
Valor adicionado total a distribuir	821.574	(153.869)	821.589	(153.851)
Distribuição do valor adicionado	(821.574)	153.869	(821.589)	153.851
Pessoal	(245.792)	(210.501)	(245.792)	(210.501)
Remuneração direta	(209.054)	(179.290)	(209.054)	(179.290)
Benefícios	(23.151)	(18.816)	(23.151)	(18.816)
FGTS	(13.587)	(12.395)	(13.587)	(12.395)
Impostos, taxas e contribuições	(200.193)	(227.527)	(200.193)	(227.527)
Federais	(32.006)	(77.335)	(32.006)	(77.335)
Estaduais	(161.188)	(143.310)	(161.188)	(143.310)
Municipais	(6.999)	(6.882)	(6.999)	(6.882)
Remuneração de capitais de terceiros	(320.314)	(212.416)	(320.329)	(212.434)
Juros	(264.229)	(162.582)	(264.244)	(162.600)
Aluguéis	(56.085)	(49.834)	(56.085)	(49.834)
Remuneração de capitais próprios	(55.275)	804.313	(55.275)	804.313
Resultado do exercício	(55.275)	804.313	(55.275)	804.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VESTE S.A. ESTILO
(Anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional e alteração da razão social da Companhia

A Veste S.A. Estilo (anteriormente denominada Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. , doravante denominada "Companhia" ou "Grupo") estabelecida no Brasil, com sede na Rua Othão, 405, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 19 de abril de 1982, é uma companhia de capital aberto e está listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código de negociação LLIS3 (Conforme comunicado ao mercado de 08 de fevereiro de 2023, a partir do dia 09 de fevereiro de 2023, o código de negociação das ações da companhia passou a ser "VSTE3" e o nome de pregão "VESTE"). A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de janeiro de 2023 aprovou a Alteração da razão social da Companhia, de Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. para "VESTE S.A. ESTILO".

A Companhia tem como objetivos principais: o desenvolvimento, a exploração da indústria, o comércio, a importação e a exportação de roupas e acessórios do vestuário; e o comércio de objetos de decoração, higiene e cosméticos, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 178 lojas próprias (208 em 31 de dezembro de 2021), distribuídas entre as marcas Le Lis Blanc Deux, Dudalina, Bo.Bô, John John, e Rosa Chá; 10 outlets e 18 franqueadas. Além disso, a Companhia tem 2 unidades fabris nos Estados de Goiás e Paraná e 2 centros de distribuição nos Estados de São Paulo e Goiás.

A Companhia decidiu pelo encerramento das atividades de algumas lojas com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados e, como consequência, reconheceu redução do valor recuperável (*impairment*) dos respectivos ativos no montante de R$ 8.804 (R$ 2.964 em 31 de dezembro de 2021), na controladora e no consolidado, na rubrica de ativo imobilizado e R$ 1.712 (59.349 em 31 de dezembro de 2021), na controladora e no consolidado, na rubrica de ativo intangível, conforme notas explicativas 13 e 14, respectivamente.

1.1 Restoque International LLC

Em 28 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das atividades operacionais da Restoque LLC. O fechamento das lojas ocorreu no início de 2020. O prejuízo das operações da subsidiária, em 31 de dezembro de 2022, foi de R$ 307 (prejuízo de R$ 591 em 31 de dezembro de 2021). Seus passivos líquidos, em 31 de dezembro de 2022, são de R$ 2.952 (R$ 3.277 em 31 de dezembro de 2021). A Controlada encontra-se dormente durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR

GAAP), que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2023.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 14, e referem-se ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa esperados.

5 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14 -** teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento de coleção;

- **Nota explicativa 22 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- **Nota explicativa 29 -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

(i) ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía apenas instrumentos financeiros classificados no nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 30 – instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Base de consolidação

(i) ***Controlada***

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na

proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda estrangeira

(i) ***Transações em moeda estrangeira***
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, conforme regime de competência.

(ii) ***Operações no exterior***
Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas médias de câmbio apuradas mensalmente.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A moeda funcional da Companhia é o Real. A moeda funcional da Restoque International LLC é o Dólar. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real.

(c) Receitas de venda de mercadorias
O CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

i) A identificação do contrato com o cliente;
ii) A identificação das obrigações de desempenho;
iii) A determinação do preço da transação;
iv) A alocação do preço da transação; e
v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas.

Os fluxos de receita da Companhia consistem na comercialização de suas mercadorias por meio de uma cadeia de pontos de vendas que incluem lojas próprias (varejo), lojas multimarcas (atacado), *e-commerce* e *outlets*, que vendem, substancialmente, produtos de coleções passadas. A receita é reconhecida no resultado quando do cumprimento da obrigação de desempenho, que é materializado por meio da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro, pix, cheque e cartão de débito e a prazo através de cartões de crédito.

De acordo com a política de devoluções da Companhia, para vendas realizadas nas lojas de varejo, o cliente recebe, no ato da devolução, um vale-troca no mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

(d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Despesas bancárias;
- Juros de arrendamentos;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Amortização de custo de transação de empréstimos e debêntures;
- Ganho por mensuração ao valor justo sobre dívida remanescente

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para

fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no estudo técnico de viabilidade da controladora aprovado pela administração que contemplam condições futura esperadas da economia e do mercado, além de premissas taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e formação. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

(g) Imobilizado

(i) ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) ***Custos subsequentes***
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii)***Depreciação***
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no individual e no consolidado, são as seguintes:

• Móveis e utensílios	10 anos
• Máquinas e equipamentos	20 anos
• Instalações	10 anos
• Veículos	5 anos
• Equipamentos de informática	5 anos
• Outros ativos (i)	5 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	(ii)
• Direito de uso e arrendamento financeiro (terrenos)	(iii)

(i) Conforme demonstrado na Nota Explicativa 13, referem-se aos cabides e manequins.
(ii) O período de amortização varia de acordo com a vida útil estimada ou de acordo com o contrato de locação, dos dois o menor.
(iii) O período de amortização varia de acordo com o contrato de locação.

(h) Ativos intangíveis e ágio

(i) ***Reconhecimento e Mensuração***

Ágio
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos com desenvolvimento de coleção
Os gastos com desenvolvimento de coleções são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Implantação e licença de software

Mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Fundo de comércio

O fundo de comércio é um direito adquirido com terceiros, fundamentado na existência de um ponto comercial onde se localizam as lojas da Companhia. Trata-se de um ativo intangível comercializável que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo e por este motivo não são amortizados. A Companhia realiza teste de recuperação dos valores destes ativos anualmente a fim de monitorar a probabilidade de realização dos mesmos. O valor recuperável é avaliado por especialistas em avaliação patrimonial que, por sua vez utilizam-se de parâmetros como: localização, dados das últimas negociações, histórico de fechamento de lojas, condições de mercado, entre outros.

(ii) ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii)***Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis médias estimadas do ativo intangível, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no individual e no consolidado, são as seguintes:

- Desenvolvimento de coleção 6 a 8 meses
- Implantação e licença de software 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(i) Instrumentos financeiros

(i) ***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que os recebíveis foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera, quando aplicável:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii)***Desreconhecimento***

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos

ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv)***Compensação***
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(j) Segmentos operacionais
A Administração entende que a divulgação de segmentos operacionais não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas atividades, avaliação de desempenho e tomada de decisão para alocação de recursos de loja (e não de segmentos operacionais), o que equivale a dizer que a Companhia opera em um único segmento para fins de tomada de decisão.

(k) Capital social

(i) ***Ações ordinárias***
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. (veja nota explicativa 6.e)

(l) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) ***Ativos financeiros não-derivativos***

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias e não possui garantias reais.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

A Companhia adota os seguintes critérios para constituição de perdas sobre créditos:

a) Vendas no varejo por meio de cartões de créditos: representam a maior parcela das vendas da Companhia (mais de 80%, considerando lojas físicas e *e-commerce*). Para estes recebíveis, a Companhia entende não se fazer necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que o risco de crédito é transferido às administrações de cartões. Estas, por sua vez, possuem categoria de *rating* de crédito AAA avaliados pelas principais agências de rating internacional, de modo que o valor de uma possível provisão seria imaterial.

b) Clientes multimarcas de vendas *online*: A Companhia possuí poucos clientes neste segmento. Para estes clientes, a análise é feita de maneira individualizada, considerando o histórico de inadimplência e de relacionamento com a Companhia. Uma vez identificado risco de recebimento, uma provisão é constituída para fazer face à perda esperada, a qual considera a vida esperada dos recebíveis, geralmente inferiores a 12 meses.

c) Vendas no atacado para outros clientes. A Companhia possuí uma carteira com mais de 5.000 clientes no atacado. Considerando a baixa concentração da carteira, a Companha adota como prática o seguinte critério: baseada em percentual histórico de perdas efetivas para o conjunto desses clientes, é constituída provisão sobre os montantes em aberto a receber, a partir da aplicação de taxa de perda esperada. Esta taxa é calculada por meio da divisão do montante registrado como perda efetiva pelo total de vendas para estes clientes. Este índice, por sua vez, é anualmente revisado pela Administração, a menos que se identifique a necessidade de revisão em intervalos menores de tempo. Esta taxa é aplicada sobre o valor total desses recebíveis e considera sua vida total, geralmente inferiores a 12 meses.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação, quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado ao conjunto das UGCs que se espera se beneficiar das sinergias da combinação, que incluem as lojas próprias da marca Dudalina e à estrutura organizacional dedicada ao atendimento do mercado de multimarcas.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do conjunto das lojas pertencentes à marca Dudalina.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a Companhia de UGCs, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da Companhia de UGCs de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(m) ***Provisões***
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***
Reconhecidas quando a Companhia e/ou a Controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos contratados pela Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 22.

(ii) ***Ativos e passivos contingentes e obrigações legais***
Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii)***Provisão para perdas em estoques***
A provisão para perdas dos estoques é estimada com base na rotatividade histórica das matérias primas e produtos acabados.

- Matérias primas: são integralmente provisionados os itens com rotatividades iguais ou superiores a 360 dias, cuja utilização para fabricação de novas coleções não é provável.

  Produtos acabados: Em 2019 a Companhia promoveu uma revisão de certas políticas chaves, tais como aquelas relacionadas ao gerenciamento dos estoques de coleções anteriores ainda

não comercializadas e de baixo giro. Para tanto, nos exercícios de 2019 a 2021, identificou a necessidade de revisar o critério para o cálculo desta estimativa, onde foram provisionados os itens referentes às coleções passadas através da aplicação de percentual de, aproximadamente, 80% sobre os saldos contábeis de coleções passadas. A expectativa de não realização levava em consideração o estágio do ciclo do produto (lançamento, liquidação, canal de *outlet* e curva de realização). Este critério teve o intuito de eliminar os estoques de coleções passadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atualizou as suas políticas considerando a redução significativa de sobra de estoques de coleções passadas, da melhora substancial do aproveitamento das coleções nas vendas a preço cheio e da redução substancial das lojas de Outlet em mais de 60% em 2022 em relação a 2019.

(n) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) ***Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem, substancialmente, os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. Por outro lado, os arrendamentos em que a Companhia é parte não possuem:

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento " no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI (tecnologia da informação). A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) ***Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início.

(o) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Algumas políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

(p) Subvenção e assistências governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, desde que atendidos os requerimentos do CPC 07/ IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica de impostos de sobre vendas.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8)

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Caixa	685	553	693	553
Bancos – Moeda nacional (i)	21.658	2.089	21.658	2.089
Bancos – Moeda estrangeira	-	-	-	16
Total das disponibilidades	**22.343**	**2.642**	**22.351**	**2.658**
Certificado de depósito bancários (ii)	7.485	8.820	7.485	8.820
Operações compromissadas com lastro em debêntures (ii)	18.999	22.677	18.999	22.677
Total das aplicações financeiras	**26.484**	**31.497**	**26.484**	**31.497**
	48.827	**34.139**	**48.835**	**34.155**

(i) Em 30 de dezembro de 2022, foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$20.000, conforme mencionado na nota explicativa 23.

(ii) As aplicações financeiras correspondem, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancários e debêntures de terceiros remuneradas pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). As taxas pactuadas, que remuneram esses investimentos em moeda nacional, são de 65% a 100% da variação do CDI (65% a 85% em 31 de dezembro de 2021), não possuem cláusulas restritivas para resgate imediato, tampouco preveem perda no resgate antecipado, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa.

b. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 14.157 (R$ 11.954 em dezembro de 2021) refere-se a aplicações financeiras em moeda nacional em LFSNs (Letras Financeiras Sêniores) com vencimento em 30 de janeiro de 2025. A taxa pactuada que remunera esses investimentos é de 145% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2022 (145% em 31 de dezembro de 2021).

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Administradora de cartões de crédito (i)	57.192	93.512	57.192	93.512
Clientes - pessoa jurídica (ii)	78.549	85.364	78.549	85.364
Provisão para perda esperada de recebíveis comerciais (iii)	(23.715)	(14.236)	(23.715)	(14.236)
	112.026	164.640	112.026	164.640

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Circulante	111.400	156.901	111.400	156.901
Não circulante	626	7.739	626	7.739
	112.026	164.640	112.026	164.640

O saldo de "clientes - pessoa jurídica" está representado, substancialmente, por distribuidores multimarcas de vendas *online* e por vendas no atacado para diversos clientes com perfis de risco similares entre eles.

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
A vencer	115.833	153.276	115.833	153.276
Vencidos	19.908	25.600	19.908	25.600
Até 30 dias	4.536	12.114	4.536	12.114
De 31 a 60 dias	2.773	8.104	2.773	8.104
De 61 a 90 dias	2.054	1.794	2.054	1.794
Acima de 91 dias	10.546	3.588	10.546	3.588
	135.741	178.876	135.741	178.876

A movimentação da estimativa para perda está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2020	**(18.976)**	**(18.976)**
Adição do exercício	(7.422)	(7.422)
Realização do exercício	12.162	12.162
Saldo em 31 de dezembro 2021	**(14.236)**	**(14.236)**
Adição do exercício	(20.158)	(20.158)
Realização do exercício	10.679	10.679
Saldo em 31 de dezembro 2022	**(23.715)**	**(23.715)**

(i) A Companhia realizou antecipação de parte de suas contas a receber junto às administradoras de meios de pagamento, sem direito de regresso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os descontos financeiros aplicados a essas transações, foram registrados como despesas financeiras no montante de R$24.850 para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 (R$ 8.579 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O valor contábil do saldo das antecipações realizadas com as adquirentes foi de R$ 141.883 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 107.587 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Estas contas a receber de clientes não foram desreconhecidas do balanço, pois a Companhia reteve, substancialmente, todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente os riscos de crédito e de mora (pagamento atrasado). Os descontos aplicados, relacionados a essas operações de cessão de recebíveis, foram tratados como despesas financeiras no montante de R$ 6.419 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.403 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O valor contábil da cessão de recebíveis com direito a regresso realizadas durante o exercício de 2022, foi de R$ 123.505 (R$ 73.579 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O saldo contábil reconhecido na rubrica de "cessão de recebíveis com direito de regresso", no passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 pelo montante de R$ 40.465 (R$26.532 em dezembro de 2021).

(iii) Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia baseada em seu percentual histórico de perdas efetivas de sua carteira de clientes, constituí provisão para perdas sobre os montantes em aberto do contas a receber.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Produtos acabados	181.210	156.523	181.210	156.523
Matérias-primas	33.612	34.547	33.612	34.547
Mercadorias em poder de terceiros	29.382	22.124	29.382	22.124
Produtos em elaboração	8.535	6.432	8.535	6.432
Importações em andamento	15.165	5.925	15.165	5.925
Embalagens	3.455	5.952	3.455	5.952
	271.359	231.503	271.359	231.503

A movimentação da estimativa para perda está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2020	**(51.998)**	**(51.998)**
Adição do exercício	(29.093)	(29.093)
Realização do exercício	40.576	40.576
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(40.515)**	**(40.515)**
Adição do exercício	(8.961)	(8.961)
Realização do exercício	22.756	22.756
Saldo em 31 de dezembro 2022	**(26.720)**	**(26.720)**

Produtos acabados: Referente a provisão para perdas com o intuito de eliminar os estoques de coleções passadas no montante de R$4.976 na controladora e consolidado (R$ 16.579 em 31 de dezembro de 2021 na controladora e no consolidado).

Matérias-primas: O saldo da provisão constituída para fazer face a perdas prováveis decorrentes da não utilização de itens considerados de giro lento no montante de R$21.744 na controladora e consolidado (R$ 23.936 em 31 de dezembro de 2021 na controladora e consolidado).

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
PIS e COFINS a recuperar				
PIS e COFINS gerado nas operações	823	2.776	823	2.776
PIS e COFINS exclusão do ICMS da base de cálculo (i)	119.207	163.344	119.207	163.344
PIS e COFINS sobre a própria base de cálculo (ii)	54.329	54.329	54.329	54.329
Provisão para perdas (ii)	(54.329)	(54.329)	(54.329)	(54.329)
	120.030	166.120	120.030	166.120
Outros impostos a recuperar				
ICMS	3.968	8.340	3.968	8.340
IRRF	921	3.864	921	3.864
IPI	1.014	1.990	1.014	1.990
Outros	-	563	-	563
	125.933	180.877	125.933	180.877

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Circulante	45.314	63.059	45.314	63.059
Não Circulante	80.619	117.818	80.619	117.818
	125.933	180.877	125.933	180.877

(i) Em 19 de outubro de 2006 foi ajuizada em face da União Federal a Ação Declaratória individual nº 0005398-82.2006.4.04.7205 (posteriormente processo nº 5002863-41.2019.4.04.7205), requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 7 de dezembro de 2006, o sindicato ao qual a Companhia é afiliada ajuizou ação coletiva em face da União Federal, igualmente requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 28 de outubro de 2016, em vista das alterações trazidas pela Lei nº 12.973/14, foi ajuizado em face do Sr. Delegado da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil da Administração Tributária em São Paulo – SP, o Mandado de Segurança nº 0023090-89.2016.4.03.6100, também requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O Supremo Tribunal Federal – STF, em 15 de março de 2017, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para cobrança do PIS e da COFINS.

Em 19 de setembro de 2018, transitou em julgado a ação coletiva acima referida, garantindo à Companhia, como associada, o reconhecimento do direito correspondente. Em função disso, a Companhia optou pelo reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais para o período compreendido entre 2001 a 2011, uma vez que a Ação Declaratória e o Mandado

de Segurança acima referidos ainda não haviam transitado em julgado. Em 31 de dezembro de 2018, o direito reconhecido pela Companhia, em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais", foi de R$ 64.578 (R$ 32.576 de principal e R$ 32.002 de atualização monetária).

Em 9 maio de 2019, o Mandado de Segurança acima referido transitou em julgado, garantindo à Companhia o direito ao crédito pleiteado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor reconhecido pela Companhia, em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais", foi de R$ 121.333 (R$ 80.078 de principal e R$ 41.225 de atualização monetária).

Em 1º de julho de 2020, o crédito de R$ 121.333 foi homologado através de procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil, ficando assim essa parcela do crédito apta, a partir desta data, à compensação.

Em 4 de setembro de 2020, a Ação Declaratória individual acima referida transitou em julgado, garantindo à Companhia o direito ao crédito pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Considerando que a Companhia fez a incorporação da subsidiaria integral em 2017, e que essa Ação Declaratória individual abrange o mesmo período da ação coletiva mencionada anteriormente e que a Companhia ainda não havia homologado o crédito de R$ 64.578 (perante a Receita Federal do Brasil, anteriormente reconhecido contabilmente, a Companhia optou por utilizar essa Ação Declaratória Individual para fins de aproveitamento futuro desse crédito. Portanto, a tal Ação Declaratória individual passa a suportar contabilmente o referido crédito, reconhecido por ocasião do trânsito em julgado da ação coletiva, além de assegurar o crédito adicional de R$ 21.971 decorrente da própria Ação Declaratória individual. Em vista disso, em 30 de setembro de 2020, o valor adicional reconhecido pela Companhia, em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais", foi de R$ 21.971 (R$ 13.928 de principal e R$ 8.043 de atualização monetária).

Diante de todos os fatos descritos acima, a Companhia com a avaliação dos advogados externos, anteriormente com a inexistência de trânsito em julgado da repercussão geral 574.706, concluiu que, o posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso extraordinário 574.706 foi aplicado, tendo sido reconhecido o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais da Companhia, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS, que é o ICMS destacado.

Adicionalmente, em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela modulação dos efeitos da decisão, reconhecendo que o ICMS a ser excluído na base de cálculo do PIS e COFINS é o ICMS destacado em nota fiscal, para os contribuintes que ingressaram com medidas judiciais até 15 de março de 2017. Conforme citado acima, os processos da Companhia foram ingressados anteriormente a data limite exposta pela modulação do Supremo Tribunal Federal, concedendo a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal.

(ii) Em 30 de setembro de 2019, a Companhia optou em reconhecer créditos fiscais extemporâneos contingentes relativos à exclusão de PIS e COFINS em sua própria base de cálculo, no montante de R$ 54.329, baseada na posição de seus consultores legais. Adicionalmente, foi constituída provisão do mesmo montante.

12 Passivo a descoberto de controlada

A Restoque International LLC foi constituída em 11 de abril de 2011, e tornou-se operacional durante o 4º trimestre de 2018. A Companhia detém participação de 100% da Restoque International LLC. Em 28 de dezembro de 2019 a administração da Companhia decidiu pelo encerramento das atividades operacionais da subsidiária, promovendo o encerramento das atividades das lojas em 10 de janeiro de 2020.

Composição do saldo de investimentos:

	Controladora	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Passivo a descoberto de controlada	(2.952)	(3.277)
	(2.952)	(3.277)

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Passivo a descoberto de controladas em 31 de dezembro de 2020	**(3.199)**
Aportes de capital	752
Equivalência patrimonial	(591)
Ajuste de avaliação patrimonial	(239)
Passivo a descoberto de controladas em 31 de dezembro de 2021	**(3.277)**
Aportes de capital	416
Equivalência patrimonial	(307)
Ajuste de avaliação patrimonial	216
Passivo a descoberto de controladas em 31 de dezembro de 2022	**(2.952)**

13 Imobilizado

	Controladora e Consolidado				
Custo	**Saldo em 31.12.2021**	**Adições**	**Baixas**	**Impairment**	**Saldo em 31.12.2022**
Móveis e Utensílios	142.519	10.437	-	(7.223)	145.733
Máquinas e Equipamentos	19.070	1.559	-	(385)	20.244
Instalações	4.231	406	-	(63)	4.574
Veículos	371	-	-	-	371
Equipamentos de informática	34.381	1.346	-	(54)	35.673
Benfeitorias Imóveis Terceiros (i)	287.197	15.571	-	(17.375)	285.393
Imobilizado em andamento	172	-	-	-	172
Imóvel (arrendamento financeiro)	15.053	-	-	-	15.053
Direito de uso (iii)	296.346	84.815	(9.022)	-	372.139
Terrenos	4.266	-	-	-	4.266
Edificações	4.375	-	-	-	4.375
Outros (ii)	19.448	500	-	(329)	19.619
	827.429	114.634	(9.022)	(25.429)	907.612

	Controladora e Consolidado				
Depreciação	**Saldo em 31.12.2021**	**Depreciação**	**Baixas**	**Impairment**	**Saldo em 31.12.2022**
Móveis e Utensílios	(123.612)	(9.809)	-	4.903	(128.518)
Máquinas e Equipamentos	(9.222)	(1.271)	-	164	(10.329)
Instalações	(2.858)	(266)	-	35	(3.089)
Veículos	(362)	-	-	-	(362)
Equipamentos de informática	(25.455)	(3.803)	-	37	(29.221)
Benfeitorias Imóveis Terceiros (i)	(187.080)	(20.643)	-	11.275	(196.448)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-

Imóvel (arrendamento financeiro)	(9.033)	(1.292)	-	-	(10.325)
Direito de uso (iii)	(181.160)	(56.864)	-	-	(238.024)
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(1.319)	(236)	-	-	(1.555)
Outros (ii)	(17.635)	(855)	-	211	(18.279)
	(557.736)	(95.039)	-	16.625	(636.150)
	269.693	19.595	(9.022)	(8.804)	271.462

	Controladora e Consolidado				
Custo	**Saldo em 31.12.2020**	**Adições**	**Baixas**	**Impairment**	**Saldo em 31.12.2021**
Móveis e Utensílios	143.142	2.678	-	(3.301)	142.519
Máquinas e Equipamentos	18.281	959	-	(170)	19.070
Instalações	4.129	126	-	(24)	4.231
Veículos	398	-	(27)	-	371
Equipamentos de informática	31.955	2.434	-	(8)	34.381
Benfeitorias Imóveis Terceiros (i)	285.704	7.662	-	(6.691)	286.675
Imobilizado em andamento	172	-	-	-	172
Imóvel (arrendamento financeiro)	15.053	-	-	-	15.053
Direito de uso (iii)	255.445	56.916	(16.015)	-	296.346
Terrenos	4.266	-	-	-	4.266
Edificações	4.897	-	-	-	4.897
Outros (ii)	19.356	171	-	(79)	19.448
	782.798	70.946	(16.042)	(10.273)	827.429

	Controladora e Consolidado				
Depreciação	**Saldo em 31.12.2020**	**Depreciação**	**Baixas**	**Impairment**	**Saldo em 31.12.2021**
Móveis e Utensílios	(115.067)	(11.135)	-	2.590	(123.612)
Máquinas e Equipamentos	(8.241)	(1.042)	-	61	(9.222)
Instalações	(2.659)	(210)	-	11	(2.858)
Veículos	(362)	(12)	12	-	(362)
Equipamentos de informática	(22.021)	(3.441)	-	7	(25.455)
Benfeitorias Imóveis Terceiros (i)	(181.688)	(15.417)	-	4.594	(192.511)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Imóvel (arrendamento financeiro)	(7.741)	(1.292)	-	-	(9.033)
Direito de uso (iii)	(120.924)	(60.236)	-	-	(181.160)
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	4.348	(236)	-	-	4.112
Outros (ii)	(16.874)	(807)	-	46	(17.635)
	(471.229)	(93.828)	12	7.309	(557.736)
	311.569	(22.882)	(16.030)	(2.964)	269.693

(i) Referentes às benfeitorias em lojas, as quais são depreciadas de acordo com a vida útil ou prazo contratual, de ambos, o menor.
(ii) Referentes a manequins e cabides.
(iii) Os direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamento de imóveis. Adicionalmente, as adições referem-se a atualizações monetárias de passivos e não há efeito no fluxo de caixa.

Impairment decorrente do fechamento e de lojas físicas

A Administração decidiu pelo encerramento das atividades de certas lojas, as quais terão suas atividades interrompidas durante o próximo exercício social da Companhia, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023. Conforme demonstrado na tabela de movimentação dos saldos por classes de ativos, pode-se notar que os montantes principais se referem a "Móveis e utensílios" e "Benfeitorias em imóveis de terceiros". Uma vez decidida pela interrupção das atividades das lojas, tem-se que o seu valor justo líquido de despesa de alienação e/ou seu valor em uso tendam a zero, uma vez que não se espera sua realização por outros meios que não fossem a sua própria depreciação. Os valores registrados a título de *impairment* correspondem à totalidade dos ativos imobilizados alocados a cada uma dessas lojas, conforme também divulgado nota explicativa 1, o valor registrado como *impairment*, em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 8.804 (R$ 2.964 em 31 de dezembro de 2021).

14 Intangível

		Controladora e consolidado				
Vida útil	**Custo**	**Saldo em 31.12.2021**	**Adições**	**Impairment**	**Baixa**	**Saldo em 31.12.2022**
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	293.091	47.833	-	-	340.924
Definida	Implantação e licença de software (ii)	146.306	49.065	-	-	195.371
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	127.181	-	-	-	127.181
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	42.545	4.042	(1.712)	(374)	44.501
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (iv)	210.257	-	-	-	210.257
		819.380	100.940	(1.712)	(374)	918.234

		Controladora e consolidado				
Vida útil	**Amortização**	**Saldo em 31.12.2021**	**Adições**	**Impairment**	**Baixa**	**Saldo em 31.12.2022**
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	(280.918)	(47.693)	-	-	(328.611)
Definida	Implantação e licença de software (ii)	(72.429)	(26.796)	-	-	(99.225)
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	-	-	-	-	-
Indefinida	Fundo de Comércio (iv)	-	-	-	-	-
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (iv)	-	-	-	-	-
		(353.347)	(74.489)	-	-	(427.836)
		466.033	26.451	(1.712)	(374)	490.398

		Controladora e Consolidado			
Vida útil	**Custo**	**Saldo em 31.12.2020**	**Adições**	**Impairment**	**Saldo em 31.12.2021**
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	253.790	39.301	-	293.091
Definida	Implantação e licença de software (ii)	112.949	33.357	-	146.306
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	138.092	-	(10.911)	127.181
Indefinida	Fundo de Comércio	90.983	-	(48.438)	42.545
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (iv)	706.286	-	(496.029)	210.257
		1.302.100	72.658	(555.378)	819.380

		Controladora e Consolidado			
Vida útil	**Amortização**	**Saldo em 31.12.2020**	**Adições**	**Impairment**	**Saldo em 31.12.2021**
Definida	Desenvolvimento de coleção (i)	(242.725)	(38.193)	-	(280.918)
Definida	Implantação e licença de software (ii)	(51.939)	(20.490)	-	(72.429)
Indefinida	Marcas e Patentes (iii)	-	-	-	-
Indefinida	Fundo de Comércio	-	-	-	-
Indefinida	Ágio por rentabilidade futura (iv)	-	-	-	-
		(294.664)	(58.683)	-	(353.347)
		1.007.436	13.975	(555.378)	466.033

(i) Referem-se aos gastos específicos incorridos no desenvolvimento de futuras coleções, os quais serão amortizados pelo período de comercialização destas (geralmente entre 6 e 8 meses).

(ii) Amortização efetuada pelo período de 60 meses. Na controlada o valor refere-se a compra de software para atendimento das obrigações acessórias local.

(iii) Referem-se, substancialmente, ao custo de aquisição das marcas Bo.Bô, John John, Rosa Chá, Dudalina e Motor Oil. Em 31 de dezembro de 2021, após a revisão do seu plano estratégico, a Companhia decidiu pelo encerramento de uma de suas marcas, em função da falta de expectativa para uma reversão dos atuais resultados apresentados pela marca e consequente retomada de seu crescimento. Uma vez não havendo intenção de venda do referido ativo por parte da Administração, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, provisão para redução ao valor recuperável no montante de R$ 10.911.

(iv) O montante de R$ 1.621.773 em 31 de dezembro de 2019 é composto por R$ 1.603.957 referente à operação de combinação de negócios ocorrida em 2014, decorrente da aquisição da Dudalina S.A., R$ 13.213 referente à operação de combinação de negócios ocorrida em 2011, decorrente da aquisição da Foose Cool Jeans Ltda., empresa detentora da marca John John, e R$ 4.603, referente à operação de combinação de negócios referente à aquisição das empresas CF Comércio de Roupas Ltda., SH Recife Comércio de Roupas Ltda. e Marthi Comércio do Vestuário Ltda. Todas essas empresas foram incorporadas pela Controladora. Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, no exercício de 2021, a Companhia realizou um conjunto de análises motivadas, principalmente, pelos impactos decorrentes da Covid-19 e elevação substancial da taxa de juros mundial, que resultou, entre outros efeitos, numa perda do valor recuperável do ágio por rentabilidade futura no montante de R$ 496.029. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou novas análises e não foi identificada a necessidade de complementar a perda do valor recuperável do ágio por rentabilidade futura.

Provisão para perdas - Fundo de comércio

Com base nas negociações dos pontos comerciais (fundo de comércio) das lojas encerradas durante o exercício de 2021, a Companhia identificou possíveis indicativos de perda por valor recuperável desses ativos.

Em decorrência de tais indicadores, a Companhia contratou empresa especializada em avaliação patrimonial para calcular o valor justo de tais ativos. A partir de premissas como; condições mercadológicas, resultado de negociações recentes envolvendo a própria Companhia, confirmação com os proprietários dos pontos comerciais e pesquisas em banco de dados especializados, o laudo dos especialistas, em conjunto de análises da Administração, apontou a necessidade de redução a valor recuperável (*impairment*) no montante de R$48.438 em 2021. Em dezembro de 2022 a Companhia realizou novas análises e não foi identificada redução a valor recuperável para os pontos comerciais. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou *impairment* no montante de R$1.712, referente as lojas que serão encerradas durante o exercício de 2023.

Teste de redução a valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos ativos com vida útil indefinida utilizando inicialmente o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxos de caixa descontados. Em caso de apuração de valor inferior ao valor contábil, é feita também a apuração do preço líquido de venda para finalmente determinar se há perda a registrar.

A Companhia considerou na revisão mencionada acima, basicamente, as lojas como unidades geradoras de caixa e a elas foram atribuídas os intangíveis com vidas úteis indefinidas para teste de valor recuperável. O valor recuperável foi determinado por meio de projeções de fluxos de caixa das unidades geradoras de caixa que foram descontados a uma taxa de 12,7% a.a. (13,3% a.a. em 2021), nominal, antes dos impostos, bem como considerou taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 7,2% a.a. para as demais lojas Restoque (8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e 5,7 % a.a. para lojas Dudalina (7,6% a.a. em 31 de dezembro de 2021) para o período de projeção. Como resultado dessa análise, não foi identificada a necessidade de redução do valor recuperável para nenhuma das lojas.

Teste de recuperabilidade do ágio da aquisição da Dudalina

A Restoque, em 21 de novembro de 2014, adquiriu 100% das ações de emissão da Dudalina, quando, então, a Dudalina passou a ser subsidiária integral da Restoque. Através da aplicação do método de combinações de negócios foi apurado um ágio no montante de R$ 1.603.957.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação, conforme mencionado na nota explicativa 6.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	Consolidado	
Em percentual	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Taxa de desconto	12,7%	13,3%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,4%	3,0%
Taxa Composta Anual de Crescimento (em inglês CAGR)	7,7%	11,3%

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos baseada no WACC (*weighted average cost of capital*), ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

Uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3,4% foi determinada pela estimativa da inflação projetada no longo prazo.

O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.

A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, nível de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento utilizadas consideram um CAGR de 7,7% a.a. (11,3% a.a. em 31 de dezembro de 2021) levando em conta um histórico de 10% a.a.. A taxa de crescimento considerada na perpetuidade foi de 3,4% a.a. (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Como resultado dessa análise, foi identificada a necessidade de redução do valor contábil ao valor recuperável para UGC no montante de R$ 496.029 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (devido aos impactos econômicos e financeiros nos negócios da Companhia causados pela Covid-19), a qual foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou novas análises e não foi identificada a necessidade de redução do valor contábil ao valor recuperável.

15 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Financiamentos – Moeda Nacional (i)	5.912	5.886	5.912	5.886
	5.912	5.886	5.912	5.886

	Taxas Contratuais	Vencimentos	Circulante	Não Circulante	Total em 31.12.2022
financiamentos – Moeda nacional					
Finep (i)	TJLP + 1,5%a.a.	entre jun/24 e jun/31	26	5.886	5.912
Total			**26**	**5.886**	**5.912**

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi contratada fiança bancária como garantia do financiamento do FINEP no montante de R$ 5.869.

16 Debêntures

Conforme divulgado em Ata de Assembleia Geral dos titulares de debêntures, realizada em 18 de agosto de 2022, 97,5 % dos Debenturistas aprovaram a conversão dos créditos representados pelas debêntures, em emissão de novas ações para um aumento de capital privado, no montante de, no mínimo, R$ 1.580.000 (um bilhão e quinhentos e oitenta milhões de reais) e, no máximo, R$ 1.765.000 (um bilhão e setecentos e sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias ao preço por ação de R$ 2,10 (dois reais e dez centavos).

Em 20 de outubro de 2022, foram divulgados “Fato Relevante” e “Aviso aos Debenturistas”, informando que:

aprovaram a conversão dos créditos representados pelas debêntures, em emissão de novas ações

- foi verificada a subscrição e integralização de ações no âmbito do Aumento de Capital correspondente a R$ 1.637.456 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões,

quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), superior, portanto, à subscrição mínima de R$ 1.580.000 (um bilhão e quinhentos e oitenta milhões de reais) ("Subscrição Mínima").

- foi convocada em 27 de outubro de 2022 a reunião do Conselho de Administração para homologar parcialmente o Aumento do Capital, considerando a verificação de subscrição em valor superior à Subscrição Mínima.

- foram cumpridas as condições suspensivas aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), realizada em 18 de agosto de 2022, para efetivação das modificações aprovadas em AGD e refletidas no 6º (sexto) aditamento à Escritura da 12ª Emissão, que constou como Anexo II da referida AGD, o qual entrou em vigor no dia útil anterior à data de homologação do Aumento de Capital.

- a partir do dia 28 de outubro de 2022, as ações subscritas no âmbito do Aumento de Capital passaram a ser admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Os Debenturistas participantes que tenham optado por participar do aumento de capital com 75% dos direitos creditórios oriundos das debêntures de sua titularidade, utilizaram os 25% remanescentes desses direitos creditórios de sua titularidade no fechamento do dia 28 de setembro de 2022, ou conforme mencionado na Manifestação, para subscrição e integralização de debêntures da 13ª Emissão ("Novas Debêntures"). Os termos e condições das Novas Debêntures estão descritos na Proposta da Administração da Companhia aprovada na Assembleia Geral dos Debenturistas ocorrida em 18 de agosto de 2022.

A reforma da Escritura da 12ª Emissão, passou a ter vencimento de principal e juros de 20 (vinte) anos contados da data original da emissão (junho de 2040) e remuneração correspondente a TR (Taxa Referencial) +1,00% ao ano, como forma de incentivo à utilização dos créditos representados pelas Debêntures no âmbito de aumento de capital da Companhia, conforme detalhado no item 9 da Proposta da Administração para a AGD 18 de agosto de 2022.

A 13ª Emissão será objeto de uma oferta pública, nos termos atuais na instrução CVM n° 400. A realização da 13ª Emissão de Debêntures da Companhia ("13ª Emissão"), a qual terá como público-alvo apenas debenturistas que tiverem participado de maneira parcial do aumento de capital, remanescendo com 25% de sua posição nas debêntures da 12ª Emissão (conforme opções citadas acima, que poderão utilizar os créditos correspondentes para integralização das debêntures da 13ª Emissão. Essa emissão terá prazo de vencimento final de 8 (oito) anos (outubro de 2030), remuneração correspondente a CDI (Certificado de Depósito Interbancário) +1,10% ao ano e carência de 3 (três) anos para pagamento de principal e juros.

Em 27 de outubro de 2022 foi realizada a reunião do Conselho de Administração que homologou o Aumento de Capital no montante de R$ 1.637.456, mediante a emissão de 779.741.036 (setecentos e setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e um mil e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R$ 1.637.456, sendo parte do preço de emissão, no montante de R$ 200.000 , destinado ao capital social e o montante de R$ 1.437.456 destinado à formação de reserva de capital.

Baseado nas informações acima, os seguintes efeitos contábeis estão refletidos nas demonstrações financeiras findas em 31 dezembro de 2022.

A tabela abaixo demonstra os detalhes da dívida homologada convertida em Debêntures:

	12ª Série	13ª Série
Valor total	Até R$ 13.361	Até R$117.034
Garantia	Quirografária, sem garantia	Quirografária, sem garantia
Início	Outubro de 2022	Outubro de 2023
Vencimento	Outubro de 2040 (17 anos)	Outubro de 2030 (7 anos)
Amortização	Pagamento único em outubro de 2040	Pagamentos semestrais a partir de outubro de 2025
Remuneração	100,00% TR + 1,0%a.a.	100,00% CDI + 1,1%a.a.
Pagamento da remuneração (i)	Pagamento único em outubro de 2040	Pagamentos semestrais a partir de outubro de 2025
Saldo em 31.12.2022	1.541 (i)	120.795

(i) O saldo remanescente da dívida das debêntures, foi contabilizado como extinção da obrigação original e o reconhecimento do novo passivo, devido as mudanças significativas realizadas em contrato. O valor contábil do saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 11.988.

A tabela a seguir demonstra o cronograma de amortização da dívida reestruturada:

		Valor de amortização	
Parcela	**Data de amortização**	**12 º Emissão**	**13 º Emissão**
1ª Principal e Juros	27/10/2025	-	13.672
2ª Principal	27/04/2026	-	10.712
3ª Principal	27/10/2026	-	10.712
4ª Principal	27/04/2027	-	10.712
5ª Principal	27/10/2027	-	10.712
6ª Principal	27/04/2028	-	10.712
7ª Principal	27/10/2028	-	10.712
8ª Principal	27/04/2029	-	10.712
9ª Principal	27/10/2029	-	10.712
10ª Principal	27/04/2030	-	10.712
11ª Principal	27/10/2030	-	10.712
1ª Principal e Juros	04/06/2040	1.541	-
	Total	**1.541**	**120.795**

Os vencimentos de curto e longo prazos das debêntures estão conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Circulante	-	146.421	-	146.421
Não Circulante	122.336	1.432.630	122.336	1.432.630
	122.336	1.579.051	122.336	1.579.051

O montante registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	**Controladora e consolidado**
2025	13.672
2026	21.425
2027	21.425
2028	21.425
2029	21.425
2030	21.425

2040	1.541
Total	**122.336**

Os custos de transação incorridos na captação dos recursos estão reduzindo os saldos de debêntures, evidenciando o valor líquido captado. Esses custos incorridos são amortizados pelo prazo de vencimento das debêntures. Para o exercício findo em 31 de dezembro 2022, a Companhia amortizou o montante de R$ 4.884 (R$ 2.503 em dezembro de 2021) relativos aos custos de transação.

Segue demonstrativos:

a. Impacto da conversão na dívida de debêntures:

Debenturistas	**R$**
Valor total de debêntures atualizadas em 10 de outubro de 2022	**1.767.742**
Valor convertido em capital (Opção 100% Conversão)	1.286.247
Valor convertido em capital (Opção 75% Conversão)	351.101
Valor total de debêntures convertidas em capital	**1.637.347**
Valor total de debêntures remanescentes após conversão em capital	**130.394**
Saldo total de Debêntures, 12o. Emissão reformada, conforme RCA 27 outubro 2022	13.361
Saldo total de Debêntures, 12o. Emissão que será transformada em 13ª Emissão, conforme RCA 27 outubro 2022	117.034
	130.395
Valor justo por remensuração das debêntures	(12.089)
Valor justo total das debêntures remanescentes (i)	**118.306**
Juros incorridos do período de 10 de outubro a 31 de dezembro de 2022	4.030
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2022	**122.336**

(i) Saldo remanescente das debêntures, após a valor justo:

O saldo remanescente da dívida das debêntures, foi contabilizado como extinção da obrigação original e o reconhecimento do novo passivo, devido as mudanças significativas realizadas em contrato.

Eventos de vencimento antecipado

Em 26 de outubro de 2022 foi celebrado o 6º Aditamento à Escritura da 12ª Emissão com a consequente consolidação da Escritura de Emissão. Foram excluídas da Escritura de Emissão todas as referências ao Índice Financeiro e EBITDA das cláusulas de obrigações (covenants) e vencimento antecipado, sendo que os principais eventos de vencimento antecipado passaram a ser:

- Descumprimento de obrigação pecuniária e não pecuniária oriundas da Emissão, não sanado nos prazos previstos na Escritura de Emissão.

- Cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, exceto se (i) previamente autorizada pelos Debenturistas; (ii) for realizada exclusivamente entre Companhia e controladas e/ou entre controladas da Companhia; ou (iii) assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;

- Transformação do tipo societário da Companhia;

- Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, empréstimos, mútuos ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas exclusivamente caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias em relação às Debêntures;

- Mudança ou alteração no objeto social da Companhia que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas;

- Qualquer transação, independentemente da forma jurídica, que implique na aquisição de participações societárias ou marcas pela Companhia ou suas controladas, desde que tais transações envolvam a aquisição de participações societárias ou marcas que não sejam alinhadas com o objeto social da Companhia;

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Fornecedores nacionais (i)	126.755	115.430	126.755	115.430
Fornecedores estrangeiros	2.682	1.157	2.804	1.408
	129.437	116.587	129.559	116.838

(i) Esta rubrica inclui saldo de fornecedores que fizeram cessão de seus recebíveis com terceiros, sem alteração dos termos comerciais (confirming), no montante de R$ 20.345 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 19.278 em 31 de dezembro de 2021). Estes valores estão contidos nas movimentações de saldos de fornecedores na demonstração dos fluxos de caixa.

Representado principalmente por contas a pagar decorrentes de compras de produtos acabados, insumos utilizados na produção, como tecidos, aviamentos e outros, e prestação de serviços referentes à confecção de produtos.

18 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
ICMS (i)	49.051	54.951	49.051	54.951
Outros	864	702	864	702
	49.915	55.653	49.915	55.653

Circulante	41.768	45.681	41.768	45.681
Não Circulante	8.147	9.972	8.147	9.972
	49.915	55.653	49.915	55.653

(i) O saldo refere-se a ICMS a pagar, sendo o montante de R$ 33.569 relativo a parcelamentos, o mais longo com 27 parcelas com último vencimento em 10 de março de 2025

19 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Salários a pagar	10.290	9.886	10.290	9.886
IR sobre Folha	4.867	4.568	4.867	4.568
Obrigações previdenciárias - FGTS/INSS	9.979	15.049	9.979	15.049
Provisão para reestruturação	8.993	4.518	8.993	4.518
Provisão – férias e encargos	26.973	23.881	26.973	23.881
Outros	569	450	569	450
	61.671	58.352	61.671	58.352

20 Arrendamentos

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis onde estão localizadas suas lojas, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 4 anos. Os contratos de arrendamento são reajustados anualmente pelo IGP-M para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel que são baseados em volume de receita auferido pela loja. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de subarrendamento.

A Companhia também arrenda equipamentos de informática, com prazos de contrato que variam de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos dos contratos	**Taxa de desconto média anual**
1	4,76%
2	4,24%
3	4,01%
4	3,88%
5	3,75%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2020	**166.999**	**166.999**
Adições	56.916	56.916
Pagamentos	(76.117)	(76.117)
Juros apropriados	14.064	14.064
Baixa por rescisões contratuais (i)	(16.015)	(16.015)
Passivo de arrendamento em 31/12/2021	**145.847**	**145.847**
Adições	84.815	84.815
Pagamentos	(75.747)	(75.747)
Juros apropriados	16.120	16.120
Baixa por rescisões contratuais (i)	(9.022)	(9.022)
Passivo de arrendamento em 31/12/2022	**162.013**	**162.013**

(i) A baixa do direito de uso refere-se à interrupção de contratos de aluguéis das lojas da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Circulante	52.532	56.240	52.532	56.240
Não Circulante	109.481	89.607	109.481	89.607
	162.013	145.847	162.013	145.847

As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 13.

Os cronogramas de amortização da controladora e consolidado estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	**Controladora e Consolidado**
2024	43.924
2025	32.841
2026	25.245
2027	7.471
	109.481

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de Caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestação do Arredamento	172.658	147.741
Pis /Cofins	16.679	14.272

A administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre o direito de uso e o passivo de arrendamento seria um aumento aproximado de R$ 8.732 (R$ 23.112 em 31 de dezembro de 2021).
.

Em resposta à pandemia da Covid-19, o *International Accounting Standards Board* (IASB) realizou alterações na IFRS 16 - Arrendamentos para permitir que os arrendatários não contabilizem concessões em pagamentos de arrendamento como uma modificação de contrato, se essas forem uma consequência direta dos impactos da Covid-19 e atenderem certas condições. A referida alteração foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e incorporada ao CPC 06 (R2).

Conforme nota explicativa 1.2, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, os efeitos da pandemia sobre as operações da Companhia produziram impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras. Como uma das medidas adotadas pela administração, está a negociação pontual de descontos em parcelas de arrendamentos, que variaram de 25% a 100% da parcela mensal pactuada em contrato.

Como consequência, a Companhia adotou as alterações realizadas pelo IASB que provêm um expediente prático opcional para arrendatários não aplicarem os requerimentos de contabilização de modificações do arrendamento para concessões em pagamentos de arrendamento que surjam como consequência direta da pandemia.

Como resultado da adoção opcional deste expediente prático, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o ganho no montante de R$ 7.645 (não ocorreram novos descontos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) registrado na rubrica de outras receitas operacionais (nota explicativa 27).

21 Partes relacionadas

(i) *Transações e saldos com partes relacionadas*

Os saldos e transações com partes relacionadas compreendem:

	Restoque S.A.		Restoque Internacional LLC	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Saldos patrimoniais				
Aportes de capital em investida	416	752	-	-
Saldos resultado				
Aluguel imóvel matriz (i)	2.051	2.080	-	-
Dividendos a pagar	13.128	-	-	-

(i) Refere-se a despesa do aluguel do imóvel da Matriz, localizado em São Paulo – SP, pago ao Diretor da Companhia.

(ii) ***Remuneração da Administração***

Os gastos com remuneração dos administradores (conselheiros e diretores) da Companhia no exercício são resumidos como segue:

	Diretoria		Conselho	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Salários, honorários e encargos sociais	7.586	6.598	1.499	1.412
	7.586	6.598	1.499	1.412

22 Provisão para contingências

a) Riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de naturezas fiscal, cível, trabalhista e previdenciária.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2021	**Adições / (Reversão)**	**Pagamentos**	**31.12.2022**
FAP/RAT/Trabalhistas/ Previdenciários	21.829	8.995	(5.017)	25.807
Cíveis	1.791	4.332	(233)	5.890
Tributário	6.379	(467)	(2.539)	3.373
	29.998	12.860	(7.789)	35.069

b) Perdas possíveis

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31.12.2022	**31.12.2021**
FAP/RAT/Trabalhistas/ Previdenciários	29.295	23.256
Cíveis	10.738	13.961
Governo Estadual	39.323	37.376
Governo Federal	44.080	32.983
	123.436	107.576

c) Depósitos judiciais

A Companhia tem registrado o montante de R$ 8.412 (R$ 2.528 em 31 de dezembro de 2021), representado, substancialmente, por depósitos referentes ao questionamento sobre o recolhimento do FAP (Fator Previdenciário - INSS) , INSS sobre o terço de férias e processos trabalhistas.

23 Patrimônio Líquido

a) Capital social integralizado

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia subscrito é de R$ 824.758 (R$ 624.758 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme divulgado em Ata de Assembleia Geral dos titulares de debêntures, realizada em 18 de agosto de 2022, 97,5 % dos Debenturistas, aprovaram a conversão dos créditos representados pelas debêntures, em emissão de novas ações, para um aumento de capital privado, no montante de, no mínimo, R$ 1.580.000 (um bilhão e quinhentos e oitenta milhões de reais) e, no máximo, R$ 1.765.000 (um bilhão e setecentos e sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias ao preço por ação de R$ 2,10 (dois reais e dez centavos).

Em 4 de outubro de 2022 foi divulgado "Aviso aos Acionistas", confirmando que foram subscritas 51.748 ações de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R$ 2,10 (dois reais e dez centavos) cada, com valor total subscrito e já integralizado de R$ 109.

Em 27 de outubro de 2022 foi realizada a reunião do Conselho de Administração que homologou o Aumento de Capital no montante de R$ 1.637.456 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), mediante a emissão de 779.741.036 (setecentos e setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e um mil e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R$ 1.637.456 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), sendo parte do preço de emissão, no montante de R$ 200.000 (duzentos milhões de reais), destinado ao capital social e o montante de R$ 1.437.456 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) destinado à formação de reserva de capital, conforme mencionado na nota explicativa 23b. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o custo com emissão de ações foi no montante de R$ 2.960.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era a seguinte:

		31.12.2022
Acionistas	**Quantidade de Ações**	**%**
Marcelo Faria de Lima	19.563.753	2,31%
Porto Empreendimentos e Part. S.A.	89.342.637	10,53%
Geribá Participações 11 S.A.	164.127.764	19,34%
Banco BTG Pactual	164.877.725	19,43%
Fundos sob gestão da WNT Gestora de Recursos	305.263.349	35,97%
Outros	105.416.637	12,42%
Total	**848.591.865**	**100,00%**

		31.12.2021
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**
Marcio da Rocha Camargo	10.708.600	15,55%
Marcelo Faria de Lima	20.295.118	29,48%
Outros	37.847.111	54,97%
Total	**68.850.829**	**100,00%**

b) Reservas de capital

Conforme mencionado na nota explicativa 23.a., em 27 de outubro de 2022 foi realizada a reunião do Conselho de Administração que homologou o Aumento de Capital no montante de R$ 1.637.456, mediante a emissão de 779.741.036 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R$ 1.637.456, sendo parte do preço de emissão, no montante de R$ 200.000, destinado ao capital social e o montante de R$ 1.437.456 destinado à formação de reserva de capital.

Em 14 de dezembro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a utilização da Reserva de Capital no montante de R$1.437.456 para absorção integral dos prejuízos acumulados, bem como de parte dos prejuízos do exercício corrente, conforme apurado nas demonstrações financeiras da Companhia de 30 de setembro de 2022, absorção de ajustes de avaliação patrimonial e custos com emissão de ações, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Abaixo segue demonstrativo sobre a utilização da Reserva de Capital:

	Saldos em 31.12.2022
Prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2021	(1.151.328)
Prejuízo do exercício em 30.09.2022	(49.261)
Total dos Prejuízos acumulados em 30.09.2022	**(1.200.589)**
Custo com emissão das ações	(2.960)
Ganhos realizados sobre instrumentos patrimoniais próprios emitidos ao credor mensurados a valor justo por meio do resultado	(233.907)
	(236.867)
Total da absorção pela reserva de capital	**(1.437.456)**

c) Plano de opção de ação

Em 13 de dezembro de 2016, foi outorgada a opção de compra de 1.000.000 (um milhão) de ações, no montante de R$ 1.535, com volatilidade de 52,41%, a taxa livre de risco entre 13,76% e o valor justo da opção entre 0,9411 e 1,9836. O período de aquisição de direito (*vesting period*) inicia-se em 13 de dezembro de 2017 e terminou em 13 de dezembro de 2020.

O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 6.114. Em 15 de janeiro de 2021, foi aprovada a absorção parcial do referido saldo para a compensação dos prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2020, restando o montante de R$ 25 por absorver.

Em 14 de julho de 2021, foi aprovado, o novo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Plano tem por objetivo obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas, com os interesses dos acionistas da Companhia. As pessoas elegíveis serão selecionadas pelo Conselho da Administração. O Conselho da Administração definirá em cada contrato o prazo máximo para o exercício das opções após a data do cumprimento dos respectivos prazos de carência. Não há ação outorgada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

d) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Numerador básico:		
Prejuízo líquido alocado para ações ordinárias	55.275	(804.313)
Denominador básico:		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	848.592	68.851
Lucro/Prejuízo por ação - Básico	0,06514	(11,68197)
Diluído		
Numerador diluído:		
Prejuízo líquido alocado para ações ordinárias	55.275	(804.313)
Denominador diluído:		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	848.592	68.851
Mais:		
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações (em milhares)	-	3
Prejuízo por ação - diluído	0,06514	(11,68139)

e) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízos acumulados e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.764 (zero em 31 de dezembro de 2021, em 15 de janeiro de 2021, foi aprovada a absorção total do referido saldo para a compensação dos prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2020).

f) Distribuição de dividendos

O Estatuto social da Companhia assegura aos acionistas dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação, no montante de 25% do lucro líquido após a constituição das reservas obrigatórias por lei. Em 31 de dezembro de 2022 o dividendo obrigatório pode ser assim demonstrado:

	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	55.274
Reserva legal - 5%	(2.764)
Base de cálculo dos dividendos	52.510
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (i)	**(13.128)**

(i) Os dividendos mínimos obrigatórios serão objeto de avaliação do Conselho de Administração e da Assembleia de acionistas, tendo como base os investimentos que serão realizados pela Companhia em 2023.

g) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é 962 (1.179 em 31 de dezembro 2021), que se refere as diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Adicionalmente, durante a transação do aumento de capital homologado em 27 de outubro de 2022, realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu um ganho de R$ 233.907, o montante refere-se a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto (valor justo de R$ 1,80, utilizado com base na cotação da ação na data de 27 de outubro de 2022) e a retribuição paga de R$ 2,10, reconhecida em "Ajuste de Avaliação Patrimonial" em contrapartida a conta do resultado do exercício "Outras Receitas''.

Conforme divulgado em Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2022, foi aprovada, a absorção integral dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, bem como de parte dos prejuízos do exercício corrente, conforme apurado nas demonstrações financeiras da Companhia de 30 de setembro de 2022 e decorrentes de ajustes de avaliação patrimonial, nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou absorção no montante de R$ 233.907 referente a Ajuste de Avaliação Patrimonial.

	Preço unitário (R$)	**Conversão (R$ milhares)**	**Ações (milhares)**
Valor Contábil	2,10	1.637.347	779.689
Valor de Mercado em 27 de outubro de 2022	1,80	1.403.440	779.689
Ganho na conversão da dívida a ser reconhecido no resultado do exercício		**233.907**	

(h) Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme divulgado em Ata da Reunião do Conselho da Administração realizada em 14 de dezembro de 2022, foi aprovada realização de um aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 100.000 (cem milhões de reais), dentro do limite de capital autorizado estabelecido no artigo 6º do Estatuto Social, mediante a emissão de 58.823.529 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R$ 1,70 (um real e setenta centavos) por ação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreu o adiantamento para futuro Aumento de Capital no valor de R$20.000. Em 07 de fevereiro de 2023 foi concluída a homologação do Aumento de Capital de R$100.000 conforme mencionado na nota 34 "Eventos subsequentes".

(i) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia firmou com o Estado de Goiás o direito de usufruir o benefício do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), a partir de março de 2017 até 31 de dezembro de 2040. Em contrapartida, o projeto prevê basicamente a realização de investimentos em uma planta industrial e em recursos humanos. A Companhia vem cumprindo com esses investimentos na forma acordada e instalou sua planta industrial em 2017 no município de Aparecida de Goiânia/GO. Em 02 de fevereiro de 2021 a Companhia optou em realizar a migração do PRODUZIR para ProGoiás, o ProGoiás é o novo programa de incentivos fiscais do Estado de Goiás, que substitui os programas Fomentar, Produzir e Crédito Especial para Investimento. A iniciativa que terá validade até 2032, alinhado ao prazo disposto no parágrafo 2° do art. 3° da Lei Complementar n° 160, de 7 de agosto de 2017, que convalidou os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, limitando o termo final de fruição dos incentivos fiscais gozados pelos estabelecimentos industriais para essa data. A migração foi homologada em 23 de agosto de 2021 através do Termo de enquadramento.

O ProGoiás segue substancialmente a mesma base de benefício concedido anteriormente a Companhia, ou seja, o Estado de Goiás concede o benefício do Crédito Outorgado para efeito de compensação de ICMS para as empresas industriais de vestuário instaladas nesse Estado. O crédito outorgado corresponde à aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da base de cálculo correspondente à operação interestadual com produto de fabricação própria destinado à comercialização ou industrialização (10% nas operações internas) e 3% para os produtos acabados adquiridos para comercialização interestadual. A Companhia tem como obrigação estar instalada e ter atividades industriais em Goiás, em contrapartida, deve realizar o depósito de 15% sobre o benefício utilizado para o Fundo PROTEGE (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás).

A Companhia usufruiu deste benefício cujo montante em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 62.013 (R$ 40.726 em 31 de dezembro de 2021), que foi reconhecido no mês de competência e contabilizado diretamente no resultado do exercício, reduzindo impostos sobre venda e o valor total do tributo devido.

j) Reservas de Lucros

Esta reserva consiste na retenção de lucros por proposta pela administração, baseadas em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023. O saldo desta reserva, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 88.644 (zero em 31 de dezembro de 2021).

24 Receita líquida de vendas

Em função das características dos negócios da Companhia, para todos os canais de venda, o tempo de reconhecimento da receita se referem a produtos transferidos em momento específico no tempo. A tabela seguinte apresenta a composição analítica da receita de vendas, desagregada por canal de venda.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Desagregação por canais de vendas				
Receita líquida de vendas-lojas de varejo (i)	912.301	733.581	912.301	733.617
Receita líquida de vendas-atacado	268.604	197.244	268.604	197.244
Receita líquida de vendas-canais *online* varejo	129.623	162.337	129.623	162.337
Receita líquida de vendas-outros canais	5.841	1.240	5.841	1.240
Impostos sobre vendas	(250.471)	(218.520)	(250.471)	(218.519)
	1.065.898	875.882	1.065.898	875.919

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas informações de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Receita bruta de vendas	1.436.821	1.185.009	1.436.821	1.185.046
Impostos sobre vendas	(250.471)	(218.520)	(250.471)	(218.520)
Devoluções, abatimentos e cancelamentos (i)	(120.452)	(90.608)	(120.452)	(90.608)
	1.065.898	875.882	1.065.898	875.919

(i) De acordo com a política de devoluções da Companhia, para vendas realizadas nas lojas de varejo e online, o cliente recebe, no ato da devolução, um vale-troca no mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra. Em 31 de dezembro de 2022 o total de devoluções referente a vale-troca foi de R$ 106.908 (R$83.203 em 31 de dezembro de 2021). O prazo para troca é de 30 dias.

25 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Custo de revenda de mercadorias	(286.944)	(315.956)	(286.944)	(315.956)
Custo de venda de itens produzidos	(118.471)	(102.752)	(118.471)	(102.752)
	(405.415)	(418.708)	(405.415)	(418.708)

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Despesas com pessoal	(241.749)	(213.275)	(241.748)	(213.275)
Despesas com ocupação (i)	(81.363)	(74.611)	(81.363)	(74.611)
Despesas com marketing	(55.080)	(53.286)	(55.080)	(53.286)
Despesas de depreciação e amortização	(162.436)	(146.465)	(162.469)	(146.478)
Comissão de cartão de crédito	(19.427)	(16.096)	(19.427)	(16.096)
Decoração de vitrine	(6.383)	(4.349)	(6.383)	(4.349)
Honorários advocatícios	(8.628)	(5.187)	(8.628)	(5.187)
Assessoria de informática	(4.100)	(3.194)	(4.100)	(3.194)
Outras	(49.075)	(39.034)	(49.334)	(39.651)
	(628.241)	(555.497)	(628.532)	(556.127)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Despesas gerais e administrativas	(141.222)	(120.249)	(141.481)	(120.866)
Despesas com vendas	(487.019)	(435.248)	(487.051)	(435.261)
	(628.241)	(555.497)	(628.532)	(556.127)

(i) Refere-se as despesas com aluguel variável, condomínio, fundo de promoção, IPTU e energia elétrica da administração e lojas.

27 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Impairment (nota 13 e 14) (i)	(10.516)	(558.342)	(10.516)	(558.342)
Provisão contingência	(10.525)	(16.138)	(10.525)	(16.120)
Provisão acordo coletivo	(2.978)	(3.157)	(2.978)	(3.157)
Provisão por reestruturação (iii)	(9.089)	-	(9.089)	-
Ganho por avaliação ao valor justo	233.907	-	233.907	-
Ganhos de renegociações de contratos de arrendamento	-	7.645	-	7.645
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	1.218	(1.205)	1.217	(1.205)
	202.017	**(571.197)**	**202.016**	**(571.179)**

(i) Conforme mencionado nas notas explicativas 13 e 14, no exercício de 2022, a Companhia reconheceu um impairment referente ao plano de fechamento de algumas lojas envolvendo as marcas da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas análises dos impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia e foi identificada uma perda do valor recuperável do ágio por rentabilidade futura referente a aquisição da Dudalina no montante de R$ 496.029 . Adicionalmente, no exercício de 2021, devido ao novo cenário econômico, a Companhia reconheceu um impairment de fundo de comércio no

montante de R$ 48.438, um impairment referente a descontinuidade de uma de suas marcas em 2022 no montante de R$10.911 e uma perda do valor recuperável no montante de R$ 2.964 referente ao plano de fechamento de algumas lojas envolvendo as marcas da Companhia

(ii) O ganho refere-se à transação do aumento de capital homologado em 27 de outubro de 2022, sobre a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto (valor justo de R$ 1,80, utilizado com base na cotação da ação na data de 27 de outubro de 2022) e a retribuição paga de R$ 2,10, em atendimento ao CPC 48, conforme nota explicativa 23.

(iii) A despesa refere-se a gastos com reestruturação e encerramento das atividades de algumas lojas com o objetivo de maximizar a rentabilidade dos resultados

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Despesas financeiras				
Variações passivas (i)	(1.183)	(1.119)	(1.183)	(1.119)
Juros (ii)	(225.630)	(128.077)	(225.630)	(128.077)
Despesas bancárias	(2.446)	(2.223)	(2.461)	(2.241)
Juros de arrendamentos	(16.121)	(14.064)	(16.121)	(14.064)
Amortização de custo de transação de empréstimos e debênture	(4.884)	(2.503)	(4.884)	(2.503)
Outras	(13.965)	(14.597)	(13.965)	(14.596)
	(264.229)	(162.582)	(264.244)	(162.600)
Receitas financeiras				
Variações ativas (i)	712	534	712	535
Rendimento de aplicações financeiras	4.185	1.352	4.185	1.352
Ganho por mensuração ao valor justo sobre dívida remanescente (iii)	11.988	-	11.988	-
Outras	2.011	888	2.011	888
	18.896	2.773	18.896	2.775
Resultado Financeiro	(245.333)	(159.809)	(245.348)	(159.825)

(i) Referem-se, substancialmente à variação cambial de fornecedores estrangeiros.
(ii) Refere-se, substancialmente a apropriação de juros de debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 o total foi de R$ 193.041 ($ 109.125 em 31 de dezembro de 2021).
(iii) Refere-se ao ganho por mensuração ao valor justo sobre dívida remanescente, líquido de amortização, conforme CPC 48

29 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Ativo de imposto diferido		
Diferenças temporárias		
Provisão para estoques	9.085	13.775
Impairment de ativos não financeiros	10.415	8.333
Provisão para riscos trabalhistas e tributários	11.923	10.199

Outras provisões	17.727	11.100
Plano de opções de ações	-	9
Variação cambial diferida	(2)	35
Depreciação arrendamento imóvel	84.700	64.043
Juros de arrendamentos	25.698	21.141
Total diferenças temporárias	**159.546**	**128.635**
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (i)	244.196	163.257
Total dos tributos diferidos ativos	**403.742**	**291.892**
Passivo de imposto diferido		
Amortização do fundo de comércio	(4.747)	(4.747)
Pagamento do arrendamento imóvel	(105.228)	(79.528)
Valor justo da aquisição da Dudalina S.A. (ii)	(42.369)	(43.034)
Adição do acervo líquido da incorporação da Dudalina S.A.	-	-
Outras	(10.613)	(10.611)
Total dos tributos diferidos passivos	**(162.957)**	**(137.921)**
Imposto de renda e contribuição diferidos líquidos	**240.785**	**153.971**

(i) A expectativa da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a parcela remanescente de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social considera as projeções de lucros tributáveis futuros, descrita em Nota 24 (ii) Cronograma de realização dos Tributos Diferidos.

(ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre os montantes identificados para determinar a diferença entre os valores de aquisição contábil e o valor justo da Dudalina S.A..

A seguir a movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**120.942**
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado por diferenças temporárias	33.029
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**153.971**
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado por diferenças temporárias	86.814
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**240.785**

i) ***Tributos diferidos sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Dudalina***

Em 21 de novembro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, foi concluída a incorporação de 100% das ações de emissão da Dudalina pela Restoque, quando então a Dudalina passou a ser sua subsidiária integral. Em 21 de dezembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Dudalina S.A. nos termos do Protocolo e Justificação e no laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio da Dudalina, preparado por empresa especializada.

À época foi identificado o valor justo dos ativos e passivos da Dudalina na data da aquisição, em atendimento ao CPC 15 – Combinação de negócios. Após as alocações dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis na transação, foi gerado um ágio no montante de R$ 1.603.957. Naquela ocasião, estava em vigor o Regime Tributário de Transição (RTT), que fazia com que os

ajustes decorrentes da adoção das IFRSs no Brasil não resultassem em efeitos tributários. Antes da adoção das IFRSs no Brasil, o ágio fiscal era apurado a partir da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor do patrimônio líquido contábil da empresa adquirida.

Nosso entendimento, portanto, é o de que as alocações do preço de compra para fins contábeis e para fins fiscais são, conceitualmente, distintas, de modo que adotamos dois tratamentos distintos, embora resultassem de efeitos derivados de uma mesma transação.
O ágio fiscal apurado, no momento da transação, pode ser descrito como segue:

	R$ mil
Valor pago pela aquisição do controle (a)	1.784.299
Patrimônio líquido contábil – Dudalina (b)	137.203
Valor do ágio para fins fiscais (a – b)	1.647.096

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Restoque optou por não retroagir na adoção da Lei nº 12.973/14 e, dessa forma, essa aquisição deve ser observada no contexto do RTT. A Lei nº 12.973/14 basicamente equipara os tratamentos contábil e fiscal do ágio, ou seja, determina que para fins fiscais seja feita também a alocação do preço de compra reconhecendo os valores justos de ativos e passivos identificáveis, tal como previsto no CPC 15.

O art. 65 da Lei nº 12.973/14 prevê que, no caso de incorporações feitas até 31 de dezembro de 2017 e desde que a aquisição tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, o tratamento fiscal anterior (Lei nº 9.532/97) seja adotado. Esse é exatamente o caso da aquisição da Dudalina.

ii) ***Cronograma de realização dos tributos diferidos***
O montante registrado no ativo diferido líquido em 31 de dezembro de 2022 apresenta o seguinte cronograma previsto de realização:

	Valor
2025	399
2026	6.344
2027	20.555
2028	34.640
A partir de 2029	178.848
	240.785

A conciliação da despesa calculada pela alíquota combinada e da despesa de imposto de renda e contribuição social do resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		**Consolidado**	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Resultado antes dos impostos	(31.539)	(837.343)	(31.539)	(837.343)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	10.723	284.697	10.723	284.698

Adições permanentes	(757)	(959)	(757)	(959)
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	-	(251.910)	-	(251.910)
Reconhecimento de ativo fiscal diferido devido a recuperabilidade	76.951	-	76.951	-
Equivalência Patrimonial	(104)	(201)	-	-
Tributos diferidos de subsidiarias	-	-	(104)	(201)
Outras	1	1.402	1	1.402
	86.814	33.029	86.814	33.030
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	(86.814)	(33.029)	(86.814)	(33.030)
Efeito do Imposto de Renda E Contribuição Social no Resultado do Exercício	(86.814)	(33.029)	(86.814)	(33.030)
Alíquota efetiva - %	275%	4%	275%	4%

iii)Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A tabela abaixo faz referência aos ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	**Efeito tributário**	**Valor**	**Efeito tributário**
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados	2.043.397	694.755	2.096.344	712.757

30 Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Para o exercício corrente, a divulgação do valor justo dos passivos de arrendamento não é requerida.

Ativos e passivos consolidados 31 de dezembro de 2022		**Valor contábil**				**Valor justo**
Em milhares de Reais	**Nota**	**Obrigatoriamente VJR e outros**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	26.484	-	-	26.484	26.484
Títulos e valores mobiliários	8	14.157	-	-	14.157	14.157
Clientes – Administradora de cartões de crédito	9	57.192	-	-	57.192	57.192
		97.833	-	-	97.833	97.833
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	8	-	693	-	693	-

Bancos em moeda nacional	8	-	21.658	-	21.658	-
Contas a receber de clientes	9	-	78.549	-	78.549	-
Outros créditos a receber		-	1.859	-	1.859	-
		-	102.759	-	102.759	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Cessão de recebíveis com direito de regresso	9	-	-	40.465	40.465	40.465
Financiamentos	15	-	-	5.912	5.912	4.226
Debêntures	16	-	-	122.336	122.336	115.678
Fornecedores	17	-	-	129.559	129.559	129.559
Outras contas a pagar		-	-	18.401	18.401	-
Arrendamento	20	-	-	162.013	162.013	162.013
		-	-	478.686	478.686	451.941

Ativos e passivos consolidados		**Valor contábil**				**Valor justo**
31 de dezembro de 2021						
Em milhares de Reais	**Nota**	**Obrigatoriamente VJR e outros**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	31.497	-	-	31.497	31.497
Títulos e valores mobiliários	8	11.954	-	-	11.954	11.954
Clientes – Administradora de cartões de crédito	9	93.512	-	-	93.512	93.512
		136.963	-	-	136.963	136.963
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa	8	-	553	-	553	-
Bancos em moeda nacional e estrangeira	8	-	2.105	-	2.105	-
Contas a receber de clientes	9	-	85.364	-	85.364	-
Outros créditos a receber		-	2.454	-	2.454	-
		-	90.476	-	90.476	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Cessão de recebíveis com direito de regresso	9	-	-	26.532	26.532	26.532
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	5.886	5.886	5.886
Debêntures	16	-	-	1.579.051	1.579.051	1.526.799
Fornecedores	17	-	-	116.838	116.838	116.838
Outras contas a pagar		-	-	10.167	10.167	-
Arrendamento	20	-	-	145.847	145.847	145.847
		-	-	1.884.321	1.884.321	1.821.902

(i) Mensuração do valor justo

a. Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	**Técnica de avaliação**	***Inputs* significativos não observáveis**	**Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e**

			mensuração do valor justo
Aplicações financeiras	Aplicações financeiras em CDBs remunerados pela variação do CDI, com taxas que variavam de 65% a 100% do referido índice. Não são vendidas e são liquidadas diretamente com a contraparte, de modo que o valor contábil apresentado consiste numa aproximação razoável do valor justo	Não aplicável.	Não aplicável.
Clientes – Administradoras de cartões de crédito	A Companhia tem como política descontar estes recebíveis junto a instituições financeiras. Por este fato, o modelo de negócios aplicável é o de negociação constante dos recebíveis no curto prazo. O valor justo é obtido pela aplicação do desconto em relação ao valor de face dos recebíveis negociados com as instituições financeiras.	Taxa de desconto.	Não aplicável.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Tipo	**Técnica de avaliação**	***Inputs* significativos não observáveis**
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Taxa de desconto.

O valor justo dos saldos de contas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos".

(ii) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito (veja (c)(ii));
Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e
Risco de mercado (veja (c)(iv)).

(iii)*Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Diretoria Financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Diretoria reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(iv)*Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários
O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito é determinada somente em escala nacional ("Br") para caixa equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Consolidado
	31.12.2022
Rating Nacional de AAA até A	48.166
Rating Nacional A- até B-	14.826
	62.992

Contas a receber de clientes
A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da Diretoria Financeira.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. Apesar disso, a Companhia monitora constante e consistentemente seus índices de inadimplência, porém devido à incerteza causada pela pandemia da Covid-19 a Companhia reconheceu uma provisão para perda esperada, conforme mencionado na nota explicativa 9.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por região geográfica era:

	Valor contábil	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Em milhares de Reais		
Brasil	135.741	178.876
Total	135.741	178.876

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era:

	Valor contábil	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Em milhares de Reais		
Clientes no atacado	78.549	85.364
Clientes no varejo	57.192	93.512
	135.741	178.876

(v) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2022

	Valor contábil	**Total**	**1 ano**	**1 a 2**	**3 a 5**	**mais que 5 anos**
Em milhares de Reais						
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Cessão de recebíveis com direito de regresso	40.465	40.465	40.465	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.912	8.818	602	1059	3.737	3.420
Debêntures	122.336	245.531	-	-	107.514	138.017
Fornecedores	129.559	129.559	129.559	-	-	-
Outras contas a pagar	18.402	18.402	18.402	-	-	-
Arrendamentos	162.013	189.177	66.952	51.303	70.922	-
	478.687	631.952	255.980	52.362	182.173	141.437

A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado na nota explicativa 16, a Companhia possui debêntures sem garantia que contêm cláusulas de vencimentos antecipados. O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais pode exigir que a Companhia pague tais operações antes da data indicada na tabela acima. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte (USD).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31.12.2022		**31.12.2021**	
Em milhares de Reais	**R$**	**USD**	**R$**	**USD**
Fornecedores em moeda estrangeira	2.694	515	(1.313)	(254)
Exposição líquida do balanço patrimonial	**2.694**	**515**	**(1.313)**	**(254)**
Exposição líquida	**2.694**	**515**	**(1.313)**	**(254)**

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas

	Taxa média		**Taxa de fechamento**	
Real	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
BRL x 1 USD	5,2311	5,1693	5,2171	5,5799

Sensibilidade a taxa de câmbio

Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão" de acordo com a data base da próxima divulgação.

	Saldo em	**Cenário**	**stress**	
	31.12.2022	**Possível**	**25%**	**50%**
	R$	**R$ (i)**	**R$ (i)**	**R$ (i)**

Ativos financeiros - Moeda Estrangeira	8	9	9	9
Fornecedores - Moeda Estrangeira	(2.682)	(2.899)	(2.953)	(3.007)
Exposição Líquida	(2.674)	(2.890)	(2.944)	(2.998)

(i) Corresponde ao valor adicional de (despesa) ou receita, líquida, que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2022.

(vi) ***Risco de taxa de juros***

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e debêntures. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos no mercado de debêntures, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI e, também, com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 13,10% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A. O valor apresentado abaixo refere-se a estimativa de juros para os próximos 12 meses.

	Saldo em	**Cenário**	**stress**	
	31.12.2022	**Possível**	**25%**	**50%**
		(i)	**(i)**	**(i)**
Aplicações Financeiras vinculadas ao CDI	26.424	3.462	4.327	5.192
Títulos e valores mobiliários	14.157	1.855	2.318	2.782
Debêntures (Passivo)	(122.336)	(16.026)	(20.033)	(24.039)
Exposição Líquida	(81.755)	(10.710)	(13.387)	(16.065)

(i) Corresponde à receita líquida, anual (isto é, 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido, se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2022.

31 Gestão de capital e liquidez

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar uma relação de capital eficiente, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A administração de capital de giro para fazer frente aos investimentos, considera a geração de caixa operacional e quando aplicável, outras fontes de financiamento, historicamente, de longo prazo, ou seja, emissão de debêntures, empréstimos bancários dentre outros. O quadro abaixo demonstra a alavancagem da Companhia.

	Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Debêntures, empréstimos e Cessão de recebíveis com direito de regresso	168.713	1.611.469
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(62.992)	(46.109)
Dívida líquida	105.721	1.565.360
Patrimônio líquido	935.229	(527.724)
Alavancagem financeira	11,30%	-296,62%

32 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Tipo de risco	**Objeto**	**Montante de cobertura**
Transportes	Transportes nacionais e Internacionais	5.717
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	8.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	50.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	316.851

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Variações do passivo decorrente de atividade de financiamento

Companhia apresentou as seguintes variações no passivo decorrente as atividades de financiamento no exercício, conforme demonstrado no fluxo de caixa consolidado.

		Variação do fluxo de caixa							
	Saldo em 31.12.2021	**Adição**	**Pagamento**	**Ajuste a valor presente**	**Conversão dívida em Aumento de Capital**	**Apropriações de Juros**	**Adições de passivo de arrendamento**	**Baixa de passivo de arrendamento**	**Saldo em 31.12.2022**
Cessão de recebíveis com direito de regresso	26.532	144.818	(137.304)	-	-	6.419	-	-	40.465
Financiamentos	5.886	-	(393)	-	-	419	-	-	5.912
Debêntures	1.579.051	-	-	(11.988)	(1.637.348)	192.621	-	-	122.336
Arrendamentos	145.847	-	(75.747)	-	-	16.120	84.815	(9.022)	162.013
	1.757.316	144.818	(213.444)	(11.988)	(1.637.348)	215.579	84.815	(9.022)	330.726

		Variação do fluxo de caixa					
	Saldo em 31.12.2020	**Adição**	**Pagamento**	**Apropriações de Juros**	**Adições de passivo de arrendamento**	**Baixa de passivo de arrendamento**	**Saldo em 31.12.2021**
Cessão de recebíveis com direito de regresso	-	71.066	(46.937)	2.403	-	-	26.532
Empréstimos e financiamentos	-	5.868	-	18	-	-	5.886
Debêntures	1.469.943	-	-	109.108	-	-	1.579.051
Arrendamentos	166.999	-	(76.117)	14.064	56.916	(16.015)	145.847
	1.636.942	76.934	(123.054)	125.593	56.916	(16.015)	1.757.316

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

34 Eventos subsequentes

Alteração da razão social da Companhia e aprovação dos novos candidatos do Conselho de Administração

Conforme divulgado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, em 10 de janeiro de 2023 foi aprovado:

- Alteração da denominação da Companhia, de Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A." para "VESTE S.A. ESTILO.

- A eleição da chapa dos candidatos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de dezembro de 2022 para integrar o Conselho de Administração, para um novo mandato de 2 (dois) anos a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

Mudança do diretor presidente da Companhia

Em decorrência do plano de sucessão implementado ao longo dos últimos meses pela Companhia, conforme divulgado em Ata do Conselho da Administração, em 19 de janeiro de 2023, houve renúncia pelo Sr. Livinston Martins Bauermeister ao cargo de Diretor Presidente da Companhia e nesta mesma data, foi eleito o Sr. Alexandre Calixto Afrange, atual Diretor Geral de Operações, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O Sr. Livinston Martins Bauermeister acumulava o cargo de Diretor Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 10 de janeiro de 2023.

Deliberação para aumento de capital da Companhia Homologação do Aumento de Capital

Conforme divulgado em Ata do Conselho da Administração, em 08 de fevereiro de 2023, foi deliberado a homologação total do capital social da Companhia no valor de R$ 100.000 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 7.352.941 (sete milhões, trezentas e cinquenta e duas mil, novecentas e quarenta e uma) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

Grupamento das ações da Companhia

Conforme divulgado em Ata do Conselho da Administração, em 08 de fevereiro de 2023, em razão do Aumento de Capital homologado, citado acima, o capital social integralizado da Companhia passa dos atuais R$ 824.758, dividido em 848.591.865 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 924.758, dividido em 907.415.394 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Neste mesmo ato, foi aprovado a realização do grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 8 (oito) ações para 1 (uma) ação, ou seja, após o grupamento, a divisão do capital social da Companhia passa a 113.426.924 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa a Veste S.A. Estilo para a data base de 31 de dezembro 2022 e continua monitorando a evolução do assunto.

Aprovação da destinação de lucros para reserva de investimento

Foi deliberado o orçamento de capital pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

****

Mensagem da Administração

Prezados acionistas,

Sinto-me muito entusiasmado e orgulhoso ao compartilhar os resultados do ano de 2022, um ano transformacional e de suma importância para a história da Companhia, quando a empresa adequou sua estrutura de capital e apresentou resultados operacionais consistentes.

Esse processo foi realizado por meio da capitalização da quase totalidade das debêntures no capital social da Companhia. Como resultado desse aumento de capital, a dívida bruta, que totalizava R$ 1,77 bilhão previamente à operação, foi reduzida em 92,6%, sendo o saldo de R$ 117 milhões (corrigidos a CDI + 1,1% a.a.) a serem pagos em até 8 anos e R$ 13 milhões (corrigidos a TR + 1,0% a.a.), em até 18 anos.

Subsequentemente, foi realizado um aumento de capital adicional de R$ 100 milhões de reais no caixa da Companhia – processo iniciado em dezembro de 2022 e concluído em fevereiro de 2023 –, rebalanceando a estrutura de capital, reduzindo os níveis de alavancagem e melhorando nossos índices de liquidez. Terminamos 2022 dentro de patamares equilibrados de alavancagem com uma relação de 0,3x dívida líquida/EBITDA, considerando um EBITDA ajustado de R$ 200,4 milhões em 2022.

Em 2022, o faturamento bruto total foi de R$ 1,3 bilhão, um crescimento de 20,3% em comparação ao ano de 2021. Esse crescimento reflete o acerto da estratégia adotada, que propiciou que as vendas a preço cheio alcançassem 83% do canal de vendas do B2C. O canal B2C e o canal B2B tiveram crescimento de 23,2% e 37,8%, respectivamente, quando comparado ao ano de 2021. Essa performance de vendas a preço cheio possibilitou o aumento significativo da margem bruta ajustada em 7,2 p.p. em 2022, atingindo 62,7% no período contra 55,5% em 2021.

No quarto trimestre tivemos constância na estratégia e nos resultados da operação em relação a todo o ano de 2022. Nesse período, o faturamento da Companhia atingiu R$ 347,6 milhões com crescimento no canal B2C e B2B de 0,7% e 2,8%, respectivamente, mesmo com uma base de lojas (incluindo outlets) 16,4% inferior ao mesmo período de 2021.

O *Same Store Sales* (SSS), indicador importante para mensuração da eficiência da operação de lojas, apresentou um aumento de 32,1% no ano e 8,5% no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Seguimos investindo em tecnologia e desenvolvimento de habilidades dos colaboradores, implementando medidas para aprimorar a eficiência operacional e otimizar despesas em todas as áreas da empresa. A evolução dos nossos processos, a melhor adequação da estrutura organizacional e a qualidade do planejamento comercial e financeiro permitiram que a Companhia crescesse com maior alavancagem operacional, resultando na redução de 1,1 p.p. nas despesas operacionais em relação à receita líquida no ano de 2022.

O aprimoramento do CRM (*Customer Relationship Management*) foi uma das prioridades em 2022. Por meio de ferramentas de análise de dados e de automação de *marketing*, a Companhia segmentou melhor a base de clientes, personalizando as ofertas e aumentando a taxa de conversão. O resultado dessa estratégia foi o aumento da base ativa de clientes em 7,6% em 2022, a despeito do fechamento de 37 lojas no período, ao mesmo tempo

que alcançamos crescimento do *Same Customer Sales* em 13%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A melhor estrutura de capital da empresa, somada à melhoria da eficiência operacional, reafirmam a posição de destaque da Veste S.A. no varejo de moda nacional e aceleram o plano de crescimento que já estava em andamento. A empresa está preparada para enfrentar novos desafios e confiante em aproveitar as oportunidades do mercado.

A substituição do nome de "Restoque S.A." para "Veste S.A." representa um importante marco, que reforça o novo momento e estabelece um olhar para o futuro. Essa mudança simboliza uma nova fase de crescimento e evolução da empresa. Uma nova identidade visual reflete o compromisso da marca com se manter como referência no mercado de varejo de moda: a Veste S.A. Estilo está pronta para seguir em frente e conquistar novos horizontes. A troca de nome reflete a determinação da Companhia para transformar desafios em oportunidades.

Nosso resultado positivo foi alcançado a partir do esforço e da dedicação do time ao longo da jornada. A Veste S.A. agradece a todos os *stakeholders*, em especial aos nossos colaboradores, que foram essenciais para o crescimento sustentável ao longo de 2022.

Acreditamos em dedicar o melhor de cada um de nós para gerar valor para os nossos colaboradores, acionistas, clientes e sociedade como um todo.

Atenciosamente,

Alexandre Afrange

CEO

Desempenho Operacional

Faturamento bruto

O faturamento bruto consolidado em 2022 totalizou R$ 1.316,5 milhões, um crescimento de 20,3% em relação a 2021. A tabela a seguir apresenta a abertura da receita bruta entre os canais de distribuição para os períodos indicados:

R$ Milhões Faturamento Bruto	2021	2022	Var. %
Faturamento	**1.094,4**	**1.316,5**	**20,3%**
Por Canal			
B2C	**779,6**	**960,5**	**23,2%**
Lojas Físicas	629,7	795,4	26,3%
Digital	149,9	165,1	10,1%
B2B	**198,5**	**273,6**	**37,8%**
Outlets	**116,4**	**82,4**	**-29,2%**
Lojas Outlets	103,9	71,9	-30,8%
Site Estoque	12,4	10,5	-15,5%
Por Marca			
Le Lis	444,9	579,0	30,1%
Dudalina	189,4	226,6	19,6%
Individual	54,2	70,9	30,7%
BO.BÔ	67,2	94,6	40,7%
John John	205,5	252,6	22,9%
Rosa Chá	16,0	5,4	-66,3%
Estoque (Outlets)	116,4	82,4	-29,2%
Outras	0,7	4,9	622,3%

B2C

Em 2022, o faturamento do canal B2C cresceu 23,2% em relação a 2021 devido à performance positiva do canal digital, com crescimento de 10,1%, e da produtividade das lojas físicas, com aumento de 26,3%, registrando um *same store sales* de 32,1% vs. 2021

B2B

O faturamento no canal B2B no ano cresceu 37,8%, passando de R$ 198,5 milhões em 2021 para R$ 273,6 milhões em 2022. Em termos de representatividade nas vendas da Companhia, o Canal B2B tem crescido sua participação e atingiu 20,8% no *share* de 2022, +2,6% p.p. vs. 2021.

Outlets

Em 2022, o Canal Outlets exerceu seu papel dentro da nova estratégia operacional da Companhia, atuando como canal complementar de vendas com escoamento de coleções passadas, mas com preservação de margem. Operando sob a bandeira "Estoque", o Canal entregou faturamento bruto de R$ 82,4 milhões no ano, variação de -29,2% vs. 2021, mesmo com uma redução de 41,2% na base de lojas e com a maior margem bruta do canal nos últimos quatro anos, registrando 37,2% no período.

Receita Líquida

Em 2021, a receita líquida consolidada foi de R$ 1.065,9 milhões, resultado 21,7% superior ao de 2021, quando a Companhia registrou R$ 875,9 milhões.

Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado ajustado em 2022 foi de R$ 668,0 milhões. Excetuando-se o impacto de R$ 7,5 milhões ligado principalmente a provisões de estoques constituídas em linha com estratégia de foco em vendas a preço cheio, a margem bruta comparável com o resultado de 2021 ajustado foi de 62,7%, 7,2p.p. superior ao período anterior ajustado.

No ano de 2022, o ajuste no custo corresponde a (i) baixas de estoques sendo, majoritariamente, de tecidos com baixo giro no valor de R$ 7,5 milhões.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras (excluindo Despesas com Depreciação, Amortização e *Impairment*)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A), outras receitas e despesas, excluindo-se despesas com depreciação, amortização e *impairment* em 2022 ajustado, totalizaram R$ 474,7 milhões comparadas ao total de R$ 399,4 milhões em 2021 ajustado. Com isso, um crescimento 18,8% notadamente abaixo do crescimento da Receita Líquida no mesmo período (21,7%).

Os impactos não recorrentes listados abaixo não tiveram, em sua maioria, efeitos sobre o caixa.

No ano de 2022, os ajustes nas despesas foram: (i) ganho de capital derivado da conversão das debêntures em ações, alocado na linha de "outras receitas" no valor de R$ 233,9 milhões, (ii) provisão para devedores duvidosos e despesas jurídicas relativas ao processo de cobrança no valor de R$ 21,2 milhões, (iii) despesas relacionadas ao fechamento e desmobilização de lojas encerradas e adequação da estrutura organizacional no valor de R$ 22,3 milhões, abrangendo nesse valor o estorno do *impairment* de lojas reformadas em 2022, de R$ 10,5 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2022, o EBITDA ajustado foi de R$ 200,4 milhões com margem de 18,8% vs. 10,6% em 2021 ajustado, um aumento de 8,2p.p.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA para os períodos indicados:

R$ Mil	2021	2022
Lucro líquido	(804.313)	55.275
IRPJ & CSLL	(33.029)	(86.814)
Resultado Financeiro	159.825	245.348
D&A e impairment	710.854	180.049
EBITDA	**33.337**	**393.858**
Ajustes	59.565	(193.412)
EBITDA ajustado	**92.902**	**200.446**

Resultado Financeiro, Depreciação e Amortização

A despesa financeira líquida passou de R$ 159,8 milhões em 2021 para R$ 245,3 milhões em 2022. O resultado de 2022 foi impactado pelo acruamento dos juros relativos às debêntures que foram convertidas em ações da Companhia em outubro de 2022 no valor de R$ 185,0 milhões.

As despesas com depreciação e amortização passaram de R$ 146,5 milhões em 2021 para R$ 162,5 milhões em 2022.

Lucro Líquido

Em 2022, a Companhia apurou um lucro líquido de R$ 55,3 milhões.

Endividamento

A dívida líquida consolidada passou de R$ 1538,8 milhões ao final de 2021 para R$ 65,3 milhões ao final de 2022, conforme destacado abaixo:

	4T21	4T22
Caixa e equivalentes de caixa	46.109	62.992
Endividamento de curto prazo	(146.438)	(26)
Endividamento de longo prazo	(1.438.499)	(128.222)
Dívida Líquida	**(1.538.828)**	**(65.256)**

Informações Adicionais

Relacionamento com Auditores Independentes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/ 2003, a Companhia informa que, no exercício de 2022, nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes (KPMG), não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

VESTE

Release
4T22

LE LIS · DUDALINA · JOHN JOHN · BO.BÔ · INDIVIDUAL

Conferência de Resultados

Data:
30 de março de 2023

Horário:
10:00 (Brasília)
09:00 (US-EDT)

CEO:
Alexandre Afrange

DRI:
Guilherme de Biagi

Coordenador de RI:
Nicolas Costa

Relações com Investidores:
ri@veste.com

São Paulo, Brasil, 29 de março de 2023. A Veste S.A. Estilo ("Companhia"; B3:VSTE3), empresa do setor de vestuário e acessórios de alto padrão no Brasil, apresenta seus resultados do quarto trimestre de 2022 (4T22) e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as normas internacionais de Contabilidade (IFRS).

Mensagem da Administração

Prezados acionistas,

Sinto-me muito entusiasmado e orgulhoso ao compartilhar os resultados do ano de 2022, um ano transformacional e de suma importância para a história da Companhia, quando a empresa adequou sua estrutura de capital e apresentou resultados operacionais consistentes.

Esse processo foi realizado por meio da capitalização da quase totalidade das debêntures no capital social da Companhia. Como resultado desse aumento de capital, a dívida bruta, que totalizava R$ 1,77 bilhão previamente à operação, foi reduzida em 92,6%, sendo o saldo de R$ 117 milhões (corrigidos a CDI + 1,1% a.a.) a serem pagos em até 8 anos e R$ 13 milhões (corrigidos a TR + 1,0% a.a.), em até 18 anos.

Subsequentemente, foi realizado um aumento de capital adicional de R$ 100 milhões de reais no caixa da Companhia – processo iniciado em dezembro de 2022 e concluído em fevereiro de 2023 –, rebalanceando a estrutura de capital, reduzindo os níveis de alavancagem e melhorando nossos índices de liquidez. Terminamos 2022 dentro de patamares equilibrados de alavancagem com uma relação de 0,3x dívida líquida/EBITDA, considerando um EBITDA ajustado de R$ 200,4 milhões em 2022.

Em 2022, o faturamento bruto total foi de R$ 1,3 bilhão, um crescimento de 20,3% em comparação ao ano de 2021. Esse crescimento reflete o acerto da estratégia adotada, que propiciou que as vendas a preço cheio alcançassem 83% do canal de vendas do B2C. O canal B2C e o canal B2B tiveram crescimento de 23,2% e 37,8%, respectivamente, quando comparado ao ano de 2021. Essa performance de vendas a preço cheio possibilitou o aumento significativo da margem bruta ajustada em 7,2 p.p. em 2022, atingindo 62,7% no período contra 55,5% em 2021.

No quarto trimestre tivemos constância na estratégia e nos resultados da operação em relação a todo o ano de 2022. Nesse período, o faturamento da Companhia atingiu R$ 347,6 milhões com crescimento no canal B2C e B2B de 0,7% e 2,8%, respectivamente, mesmo com uma base de lojas (incluindo outlets) 16,4% inferior ao mesmo período de 2021.

O *Same Store Sales* (SSS), indicador importante para mensuração da eficiência da operação de lojas, apresentou um aumento de 32,1% no ano e 8,5% no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Seguimos investindo em tecnologia e desenvolvimento de habilidades dos colaboradores, implementando medidas para aprimorar a eficiência operacional e otimizar despesas em todas as áreas da empresa. A evolução dos nossos processos, a melhor adequação da estrutura organizacional e a qualidade do planejamento comercial e financeiro permitiram que a Companhia crescesse com maior alavancagem operacional, resultando na redução de 1,1 p.p. nas despesas operacionais em relação à receita líquida no ano de 2022.

O aprimoramento do CRM (*Customer Relationship Management*) foi uma das prioridades em 2022. Por meio de ferramentas de análise de dados e de automação de *marketing*, a Companhia segmentou melhor a base de clientes, personalizando as ofertas e aumentando a taxa de conversão. O resultado dessa estratégia foi o aumento da base ativa de clientes em 7,6% em 2022, a despeito do fechamento de 37 lojas no período, ao mesmo tempo que alcançamos crescimento do *Same Customer Sales* em 13%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A melhor estrutura de capital da empresa, somada à melhoria da eficiência operacional, reafirmam a posição de destaque da Veste S.A. no varejo de moda nacional e aceleram o plano de crescimento que já estava em andamento. A empresa está preparada para enfrentar novos desafios e confiante em aproveitar as oportunidades do mercado.

A substituição do nome de “Restoque S.A.” para “Veste S.A.” representa um importante marco, que reforça o novo momento e estabelece um olhar para o futuro. Essa mudança simboliza uma nova fase de crescimento e evolução da empresa. Uma nova identidade visual reflete o compromisso da marca com se manter como referência no mercado de varejo de moda: a Veste S.A. Estilo está pronta para seguir em frente e conquistar novos horizontes. A troca de nome reflete a determinação da Companhia para transformar desafios em oportunidades.

Nosso resultado positivo foi alcançado a partir do esforço e da dedicação do time ao longo da jornada. A Veste S.A. agradece a todos os *stakeholders*, em especial aos nossos colaboradores, que foram essenciais para o crescimento sustentável ao longo de 2022.

Acreditamos em dedicar o melhor de cada um de nós para gerar valor para os nossos colaboradores, acionistas, clientes e sociedade como um todo.

Atenciosamente,

Alexandre Afrange
CEO

VESTE

Destaques

Financeiro

- Faturamento bruto de **R$ 1,3 bilhão**, **+20,3%** vs. 2021
- Faturamento bruto do canal B2B de **R$ 273,6 milhões** em 2022, +**37,8%** vs. 2021 e **R$ 54,8 milhões**, **+2,8%** vs. o 4T21
- Margem bruta ajustada de **62,7%** em 2022, **+7,2** p.p. vs. 2021
- Redução do indicador de despesas operacionais ajustadas sobre a receita líquida de **110 bps** vs. 2021 totalizando **44,5%** em 2022
- EBITDA contábil de **R$ 393,9 milhões** e ajustado de **R$ 200,4 milhões**, **+115,8%** vs. 2021
- Margem EBITDA ajustada de **18,8%**, **+8,2** p.p. vs. 2021
- Lucro líquido ajustado de **R$ 40,2 milhões** no 4T22 e lucro líquido contábil de **R$ 55,3 milhões** em 2022

Canal B2C

- Faturamento bruto do canal de **R$ 960,5 milhões** em 2022, **+23,2%** vs. 2021 e **R$ 270,3 milhões**, **+0,7%** vs. o 4T21, mesmo com uma redução na base de lojas (ex-outlets) de 14,4% no período
- Avanço das vendas do B2C Digital no trimestre, com faturamento de **R$ 46,7 milhões**, **+29,4%** vs. o 4T21
- Faturamento por loja atingindo **R$ 1,5 milhões** por loja no 4T22,**+18,6%** vs. o 4T21 e no acumulado de 2022, **R$ 5,4 milhões**, **+44,8%** vs o ano anterior
- *Same Store Sales* consolidado de **8,5%** no 4T22 e **32,1%** em 2022 (ex-outlets)

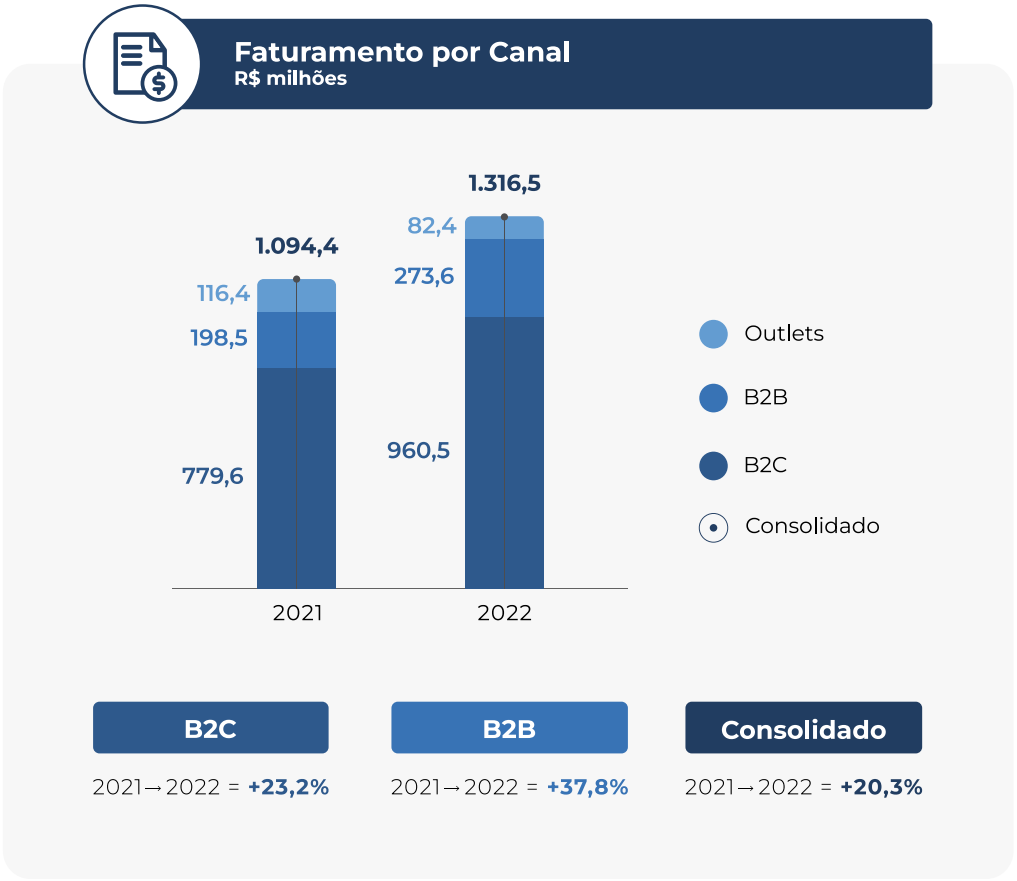
Omnichannel e Clientes

- Faturamento bruto recorde das ferramentas omnichannel em 2022, atingindo **R$ 287,3 milhões**, **+17,3%** vs. 2021
- Destaque para o aumento do faturamento na modalidade de Prateleira Infinita, **+91,9%** vs. o 4T21 aumentando o poder de conversão de lojas
- Crescimento da base ativa de clientes, chegando a **603,9 mil** clientes ativos, **+7,6** vs. o 4T21
- *Same Customer Sale* consolidado de **13%** vs. o 4T21
- Aumento da base ativa de clientes online, **+12,9%** vs. o 4T21

VESTE
Resultados

Resultados

O ano de 2022 evidenciou a retomada plena das operações comerciais da Companhia cujo time atuou conforme a estratégia traçada e implementada ao final de 2019. Com faturamento bruto de R$ 1,3 bilhão, 20,3% superior ao ano de 2021 e um EBITDA ajustado de R$ 200,4 milhões (+115,8% vs. 2021) com margem EBITDA de 18,8% (+8,2 p.p. vs. 2021), os resultados mostram a melhora operacional da Companhia e provam a consistência do novo ciclo de crescimento sustentável em que ela se encontra.

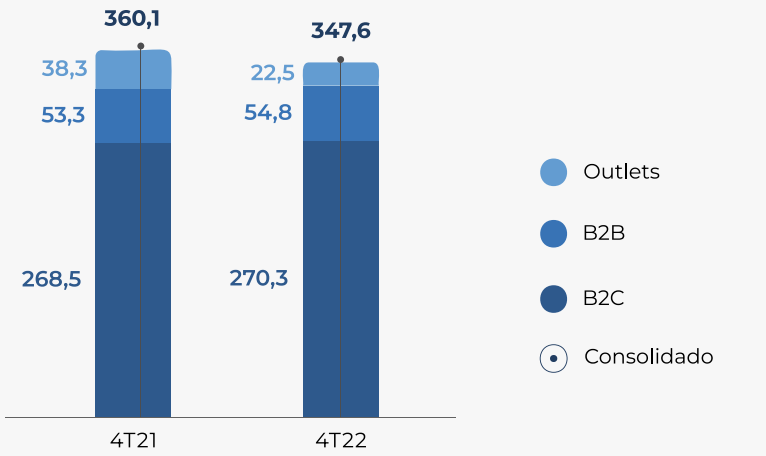


O quarto trimestre, período importante de vendas para o varejo dado as datas comemorativas do fim do ano, apresentou resultados positivos e consistentes com a estratégia adotada a despeito do cenário mais desafiador devido às eleições e eventos relacionados à Copa do Mundo. Nesse período, apresentamos uma Same Store Sales de 8,5% no 4T22, sétimo trimestre consecutivo de crescimento nesse indicador.

O faturamento bruto no período foi de R$ 347,6 milhões, -3,5% vs. o 4T21; tal redução é resultado da estratégia da Companhia que foca no aumento do aproveitamento de coleções o que, consequentemente, gera menor representatividade das vendas do canal Outlets.

Ao analisarmos separadamente os canais de venda, os canais B2C e B2B apresentaram alta no mesmo período, de 0,7% e 2,8%, respectivamente. A queda no faturamento é notada no canal de Outlets, de -41,4%, coerente com a redução expressiva de peças destinadas a esse canal e o aumento do aproveitamento de coleções que foi de 78,5% em 2022.

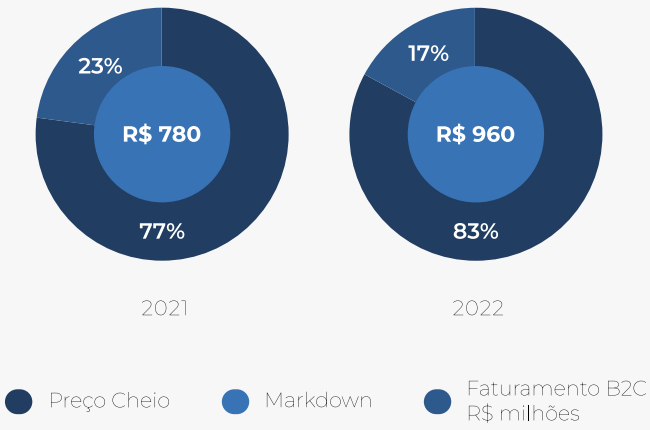
Faturamento por Canal
R$ milhões



B2C	B2B	Consolidado
4T21→4T22 = **+0,7%**	4T21→4T22 = **+2,8%**	4T21→4T22 = **-3,5%**

O lucro bruto ajustado registrado no período foi de R$ 186,8 milhões, com crescimento de 8,0% vs. o 4T21 e expressiva melhora na margem bruta, atingindo 67,3%, 7,1 p.p. superior ao 4T21. O EBITDA ajustado no período foi de R$ 60,8 milhões com a margem EBITDA de 21,9% (28,8% e 5,5 p.p. superior ao 4T21, respectivamente).

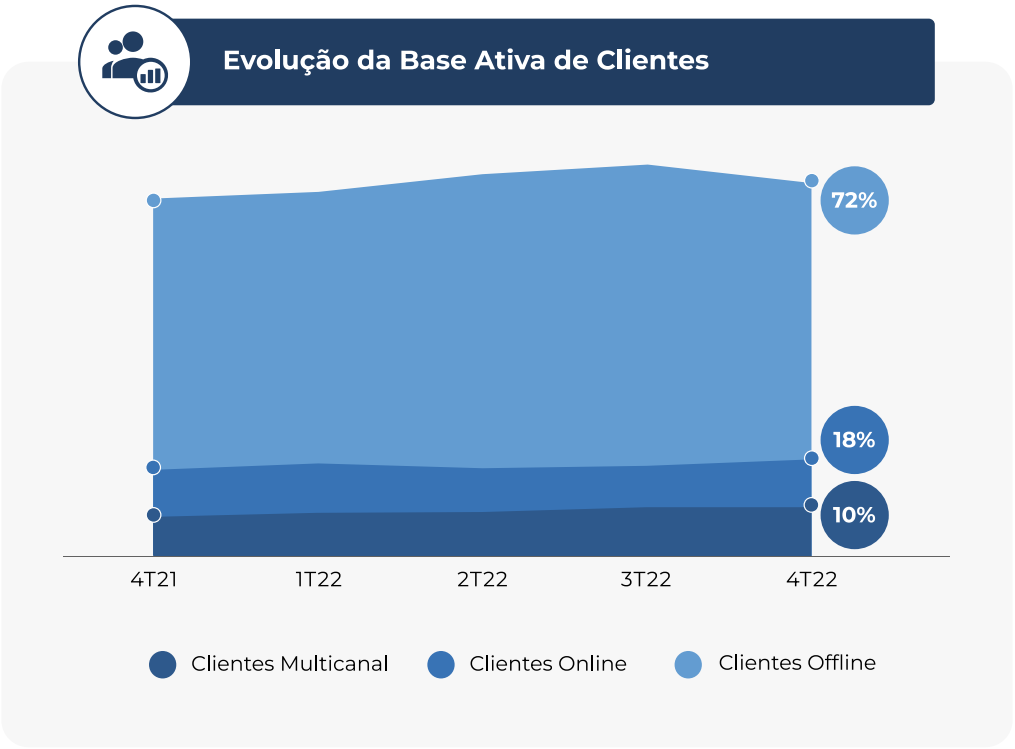
Evolução de Vendas a Preço Cheio - Canal B2C



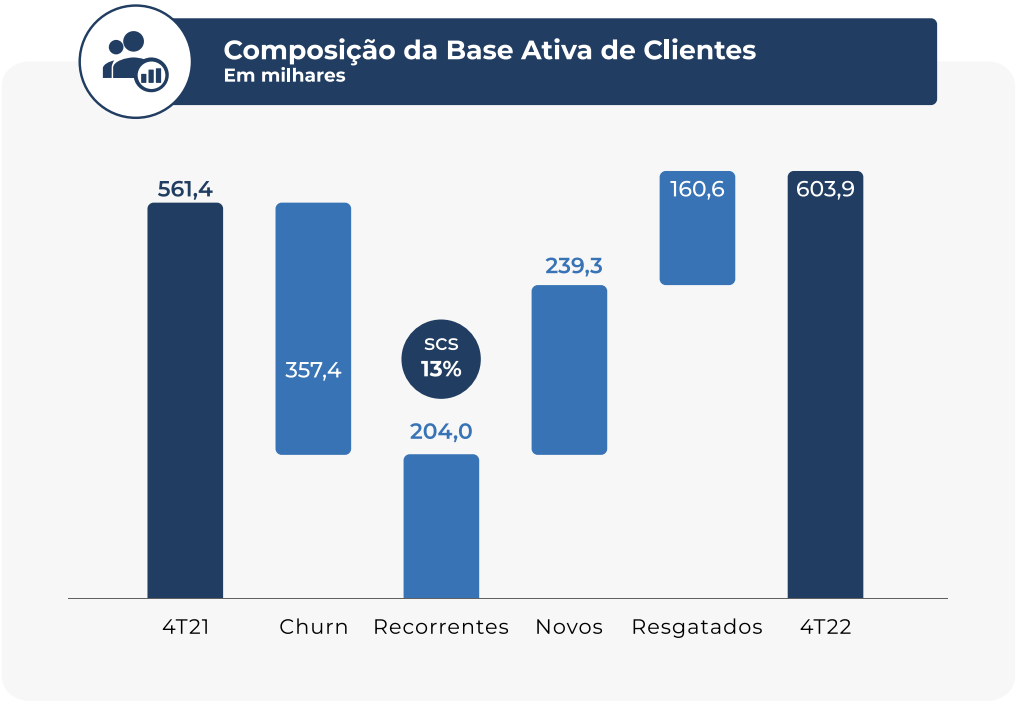
A Companhia conseguiu aumentar esses indicadores com a melhora na composição de suas vendas, que alcançou maior representatividade de peças vendidas a preço cheio e maior aproveitamento das coleções, precificação adequada, estratégia comercial apoiada por CRM e controle sustentável dos custos e despesas.

CRM

A Companhia segue conquistando novos clientes a cada trimestre e fidelizando os clientes já ativos em sua base. Com um trabalho contínuo de diversificação de plataformas, de canais de venda e constante implantação de ferramentas omnichannel que visam o aumento de conversão, pôde-se notar crescimento de 24,6% vs. o 4T21 dos clientes multicanal nesse trimestre. Essa frequência foi três vezes superior aos clientes monocanal, o que representou um gasto médio 23,0% maior vs. o 4T21.



Ao longo do ano, a Companhia buscou profundo entendimento do perfil e comportamento de compra de seus clientes, com monitoramento constante de KPIs para tomadas de decisão rápidas e efetivas. Além disso, foi implementada a ferramenta de NPS, tanto para lojas físicas como canais digitais, com foco na experiência e satisfação do cliente.

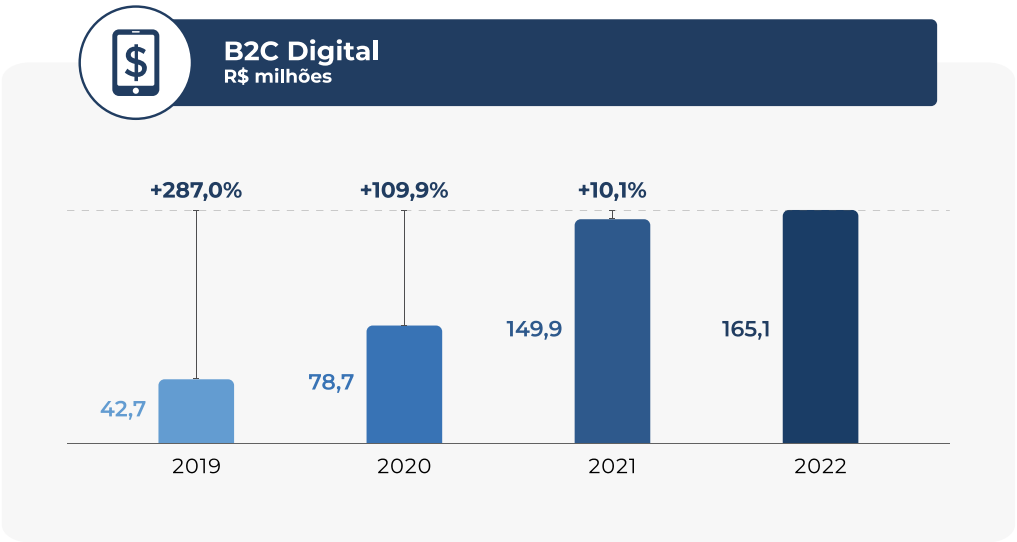


Vendas Digitais

B2C Digital

A receita do e-commerce cresceu 29,4% vs. o 4T21 impulsionada por novos canais, funcionalidades e meios de pagamento. Dentre os meios de pagamento, destaque para a modalidade PIX, que atingiu representatividade recorde e reduziu em 25% o prazo médio de recebimento do canal.

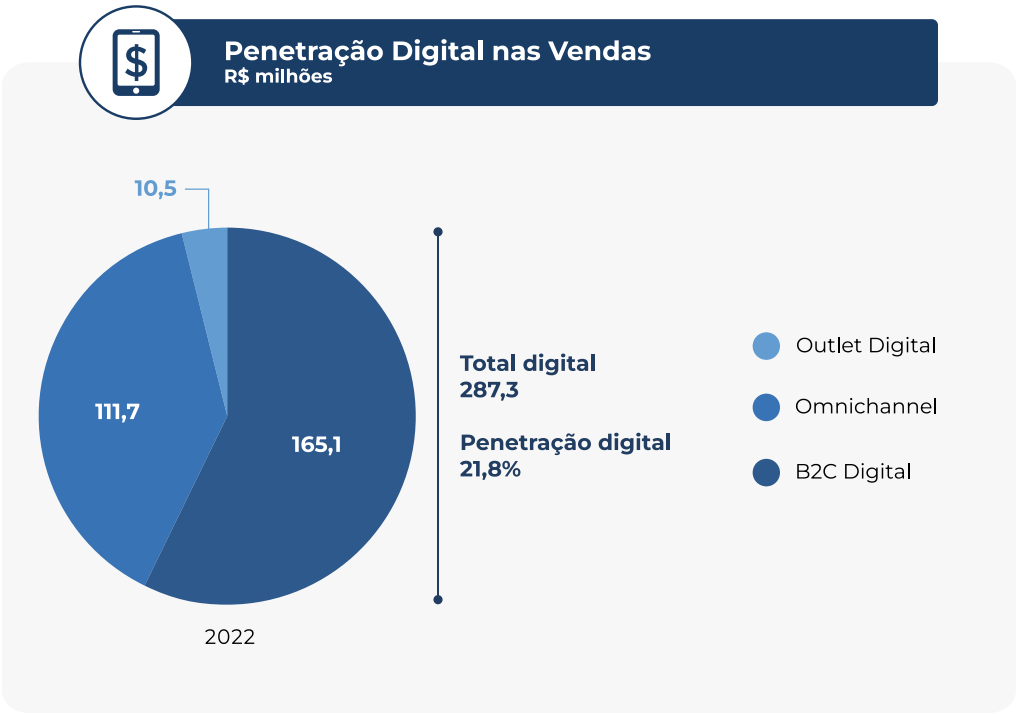
Os pedidos do e-commerce e o ticket médio aumentaram 29,1% e 3,4% vs. o 4T21, respectivamente, continuando as vendas de produtos *full price* e aumento da conversão, como foco do canal, estratégia mantida, também, no período da *Black Friday*.



Ao longo do ano, expandimos a atuação em canais estratégicos, como a inserção de mais marcas em *marketplaces*, expansão dos vendedores digitais e novos canais de mídia online. Tais canais têm contribuído com receita incremental, além de trazer novos clientes para as nossas marcas.

Ferramentas Omnichannel

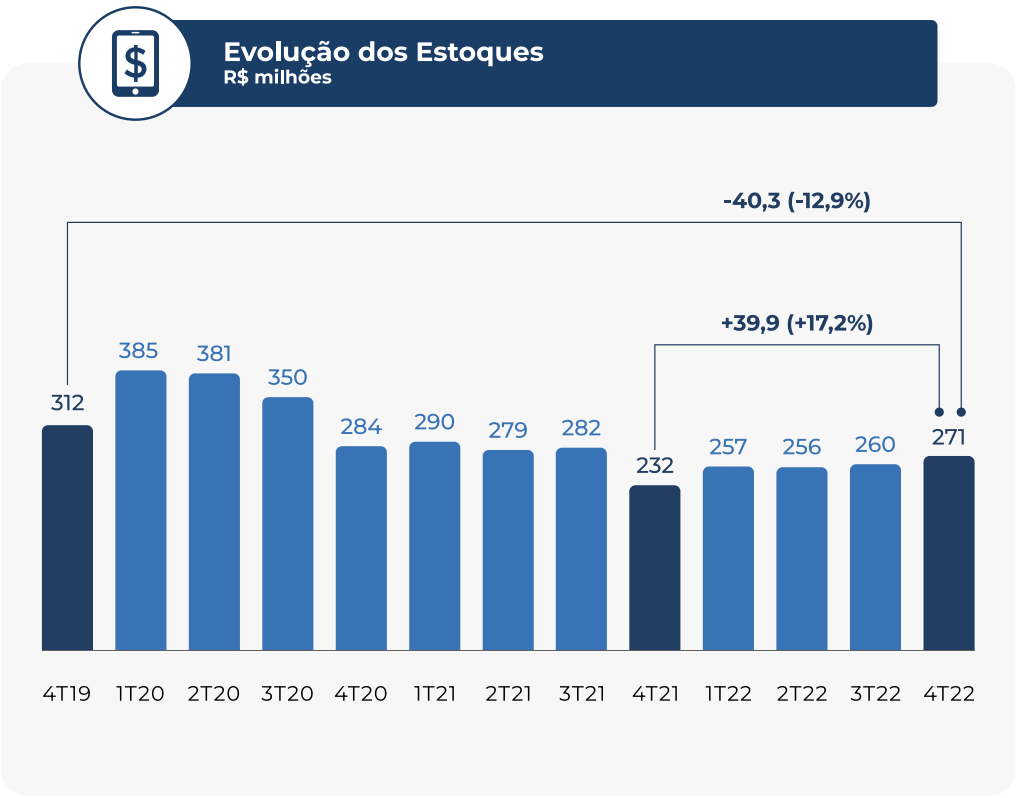
As ferramentas digitais, representadas pelo B2C Digital, ecossistema omnichannel e site Estoque, performaram positivamente em 2022 e fecharam o ano com faturamento bruto de R$ 287,3 milhões, crescimento de 17,3% vs. 2021 e representando 21,8% no total das vendas da Companhia. No 4T22 houve destaque para o aumento do faturamento na modalidade de Prateleira Infinita, +91,9% vs. o 4T21. Alinhado à estratégia de vendas a preço cheio e menor sobra de coleções o site Estoque reduziu o seu faturamento nesse mesmo período em 6,6%.



Gestão de Estoques

O saldo do estoque da Companhia ao final desse trimestre ficou em R$ 271,4 milhões, incremento de 17,2% vs. o 4T21. Esse movimento é decorrente do crescimento de vendas nos Canais B2C e B2B.

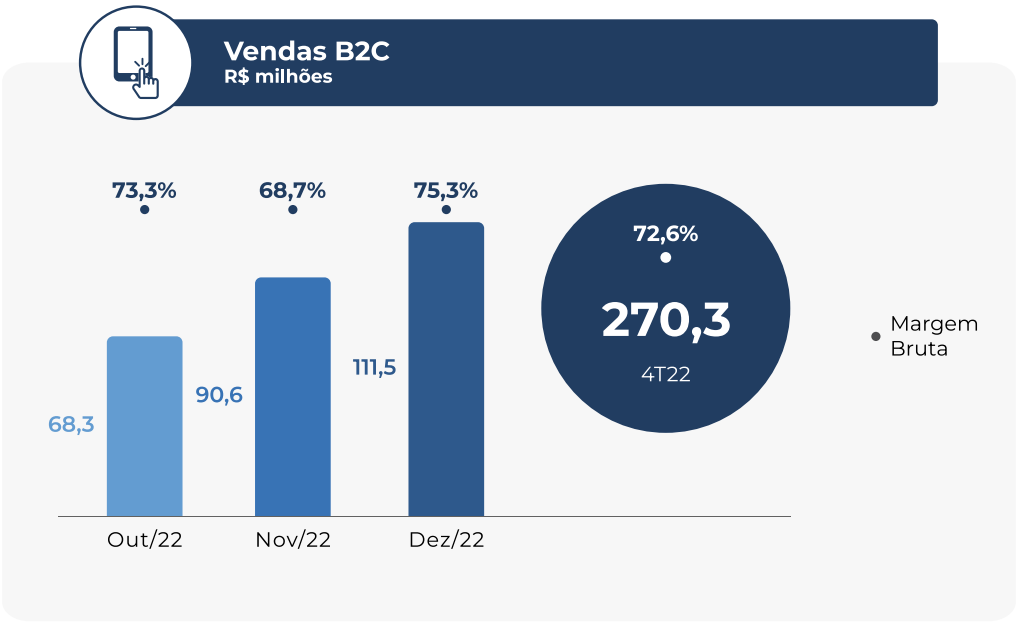
A Companhia segue com sua política de austeridade na gestão de seus estoques para garantir que sejam geridos de forma eficiente e equilibrada em relação ao patamar de vendas. Como resultado, reduziu 19,0% o indicador “dias de estoque sobre vendas”, saindo de 86 em 2021 para 70 dias em 2022.



VESTE
Marcas e
Canais

Canal B2C

O Canal B2C sai fortalecido de 2022, registrando um faturamento bruto de R$ 960,5 milhões, com aumento de 23,2% vs. 2021, mesmo com uma redução na base de lojas (ex-outlets) de 14,4% no período. No trimestre, o Canal atingiu R$ 270,3 milhões, com variação de 0,7% vs. o 4T21. É importante ressaltar a manutenção da margem bruta do canal em 72,6%, mesmo com uma ascensão nas vendas do B2C Digital (+29,4% vs. o 4T21), que por sua vez tem entregue rentabilidade constante ao Canal.



Same Store Sales

Abaixo é apresentado o *same store sales* consolidado e o *breakdown* por marcas relativo ao 4T22 e ano de 2022:

Same Store Sales	2022 vs. 2021	4T22 vs. 4T21
Le Lis	34,2%	11,1%
Dudalina	31,3%	11,6%
John John	24,3%	-7,4%
BO.BÔ	40,5%	25,0%
Rosa Chá	-4,6%	31,1%
Consolidado	**32,1%**	**8,5%**

Número de Lojas

O quadro abaixo apresenta o número de lojas físicas da Companhia, por marca:

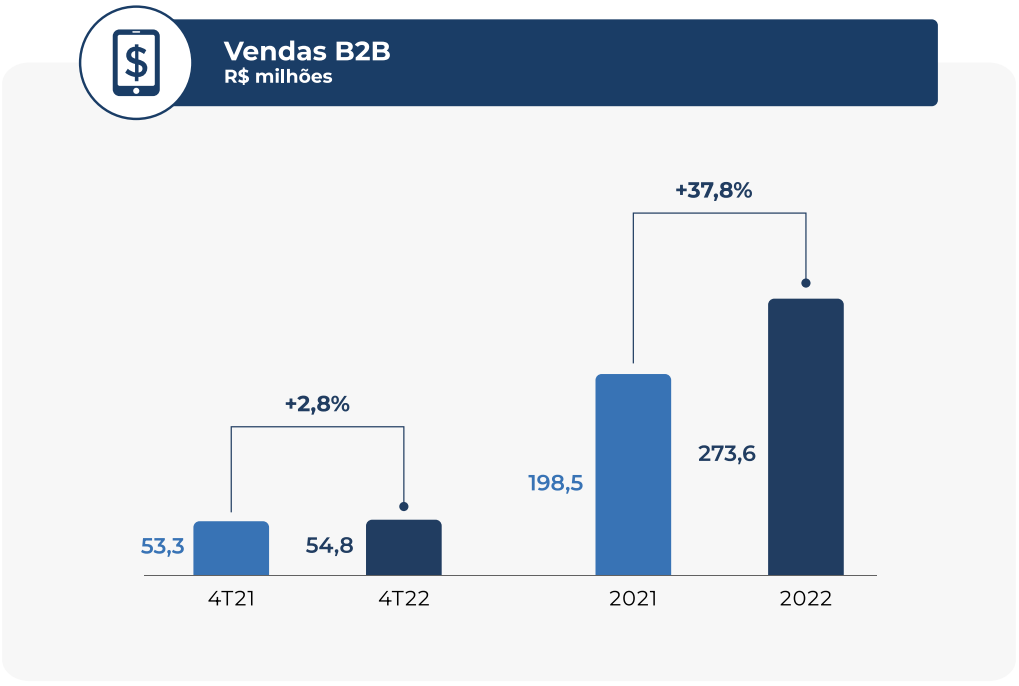
Número de lojas	4T22	4T21	VS.4T21	3T22	VS.3T22
Visão por marca	**178**	**208**	**(30)**	**177**	**1**
Le Lis	74	80	(6)	75	(1)
Dudalina	39	55	(16)	39	-
BO.BÔ	18	17	1	17	1
John John	46	48	(2)	46	-
Individual	1	-	1	-	1
Rosa Chá	-	8	(8)	-	-
Loja Estoque (Outlets)	**10**	**17**	**(7)**	**9**	**1**

Ao longo de 2022 a Companhia seguiu implementando o movimento de ajustes em sua base de lojas, buscando a manutenção de operações rentáveis. Durante o período houve, o encerramento de 37 operações líquidas representando uma redução de 16,4% no número de lojas.

Canal B2B

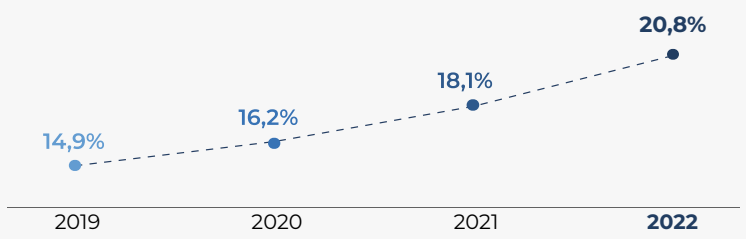
O Canal B2B encerra o ano com crescimento de vendas e avanço em todas as marcas. O faturamento bruto do canal foi de R$ 273,6 milhões em 2022, com alta de 37,8% vs. 2021. No 4T22, o faturamento bruto foi de R$ 54,8 milhões, 2,8% vs. o 4T21.

O número de clientes multimarcas atendidos no trimestre aumentou na comparação com o 4T21, com expansão de 13,3% nesse indicador, demonstrando o ganho de capilaridade e *market share* do Canal. Destaque para as marcas BO.BÔ, Individual e Dudalina, com maior alcance de clientes de 48,9%, 26,1% e 21,0%, respectivamente.



O Canal B2B cresceu 2,7 p.p. vs. 2021, atingindo um coeficiente de participação nas vendas de 20,8% no share de 2022.

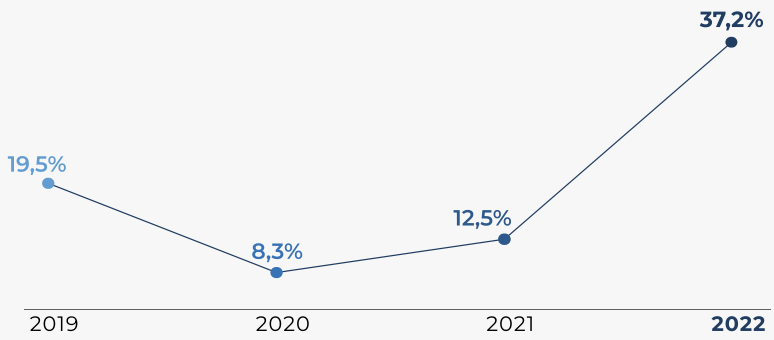
Representatividade do Canal B2B



Canal Outlets

Em 2022, o Canal Outlets atuou como canal complementar de vendas com escoamento de coleções passadas, e com preservação de margem. Operando sob a bandeira “Estoque”, o Canal entregou faturamento bruto de R$ 82,4 milhões no ano, variação de -29,2% vs. 2021, mesmo com uma redução de 41,2% na base de lojas e com a maior margem bruta do canal nos últimos quatro anos, registrando 37,2% no período. No trimestre, o faturamento bruto foi de R$ 22,5 milhões, -41,4% vs. o 4T21.

Margem Bruta do Canal



Marcas

Le Lis

A Le Lis faturou valor bruto de R$ 159,6 milhões no trimestre, aumento de 7,0% vs, o 4T21. No acumulado de 2022, o faturamento bruto registrado foi de R$ 579,0 milhões, com alta de 30,1% vs. 2021. As lojas reinauguradas no segundo trimestre de 2022, com o novo formato da marca, seguem com boa performance. Localizadas nos shoppings Iguatemi SP, JK Iguatemi e Alphaville Iguatemi, obtiveram desde suas reinaugurações um *same store sales* +56,4%, +40,1% e +41,1% vs. o mesmo período de 2021, respectivamente.

Dudalina

A Dudalina faturou valor bruto de R$ 56,2 milhões no trimestre, com redução de -10,0% vs, o 4T21. No acumulado de 2022, o faturamento bruto registrado foi de R$ 226,6 milhões, com alta de 19,6% vs. 2021. A marca realizou um ajuste na sua base de lojas focando em praças com maior rentabilidade. O resultado desse movimento foi o *same store sales* de 11,6% vs. o 4T21 e o aumento da receita líquida por m² de 150,4% no período.

John John

A John John faturou valor bruto de R$ 64,2 milhões no trimestre, com redução de -3,7% vs, o 4T21. No acumulado de 2022, o faturamento bruto registrado foi de R$ 252,6 milhões, com alta de 22,9% vs. 2021. O Canal B2B da marca obteve bons resultados, com vendas superiores ao 4T21 em 22,1%, a marca atingiu seu maior nível de faturamento anual do Canal nos últimos quatro anos.

BO.BÔ

A BO.BÔ faturou valor bruto de R$ 27,5 milhões no trimestre, com aumento de 26,2% vs, o 4T21. No acumulado de 2022, o faturamento bruto registrado foi de R$ 94,6 milhões, com alta de 40,7% vs. 2021. A base ativa de clientes da marca segue conquistando novos clientes e obteve aumento de 9,1% vs. O 4T21. Destaque para o ganho de clientes multicanal nesse período, com crescimento de 45,5%.

Individual

A Individual faturou valor bruto de R$ 16,9 milhões no trimestre, com aumento de 3,5% vs, o 4T21. No acumulado de 2022, o faturamento bruto registrado foi de R$ 70,9 milhões, com alta de 30,7% vs. 2021. A marca mostrou desempenho relevante na conquista de novos clientes multimarcas no período, com alta de 26,1% vs. o 4T21.

VESTE

Indicadores Financeiros

Ajustes Considerados no Período

Demonstrativo do resultado do exercício R$ mil	4T22	(-) ajustes	4T22 (ajustado)	2022	(-) ajustes	2022 (ajustado)
Receita líquida de vendas	**277.496**		**277.496**	**1.065.898**		**1.065.898**
(-) Custo dos produtos vendidos	(96.414)	7.566	(88.848)	(398.351)	7.566	(390.785)
(-) Depreciação & Amortização	(1.820)		(1.820)	(7.064)		(7.064)
Lucro bruto	**179.262**	**7.566**	**186.828**	**660.483**	**7.566**	**668.049**
Mg Bruta	64,6%		67,3%	62,0%		62,7%
Receitas (despesas) operacionais	13.019	(183.763)	(170.744)	(446.674)	(183.763)	(630.437)
(-) Pessoal	(64.373)		(64.373)	(241.748)		(241.748)
(-) Ocupação	(21.464)		(21.464)	(81.363)		(81.363)
(-) Marketing	(15.820)		(15.820)	(55.080)		(55.080)
(-) Outras receitas e despesas	164.259	(190.466)	(26.207)	93.986	(190.466)	(96.480)
(-) Depreciação & Amortização	(49.583)	6.703	(42.880)	(162.469)	6.703	(155.766)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**192.281**		**16.083**	**213.809**		**37.611**
(+/-) Resultado financeiro	(18.161)	(8.409)	(26.570)	(245.348)	(8.409)	(253.757)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**174.120**		**(10.487)**	**(31.539)**		**(216.146)**
(-) Imposto de renda e contribuição social	50.686		50.686	86.814		86.814
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**224.806**		**40.199**	**55.275**		**(129.332)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (%ROL)	81,0%		14,5%	5,2%		-12,1%
EBITDA	**254.195**	**(193.412)**	**60.783**	**393.853**	**(193.412)**	**200.441**
Ebitda %	91,6%		21,9%	37,0%		18,8%

O cenário 4T22 ajustado considera os seguintes efeitos não recorrentes:

Custo dos produtos vendidos: (i) correspondente a baixas de estoques sendo, majoritariamente, de tecidos com baixo giro no valor de R$ 7,5 milhões.

Outras receitas e despesas: (i) ganho de capital derivado da conversão das debêntures em ações, alocado na linha de "outras receitas" no valor de R$ 233,9 milhões, (ii) provisão para devedores duvidosos e despesas jurídicas relativas ao processo de cobrança no valor de R$ 21,2 milhões, (iii) despesas relacionadas ao fechamento e desmobilização de lojas encerradas e adequação da estrutura organizacional no valor de R$ 22,3 milhões, abrangendo nesse valor o estorno do *impairment* de lojas reformadas em 2022, de R$ 10,5 milhões.

Depreciação & amortização: (i) efeito de depreciação acelerada das lojas que serão reformadas em 2023, no valor de R$ 6,7 milhões.

Resultado financeiro: (i) ajuste no resultado financeiro no valor de R$ 8,4 milhões, decorrente do ganho referente ao valor justo da dívida pós conversão, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Faturamento

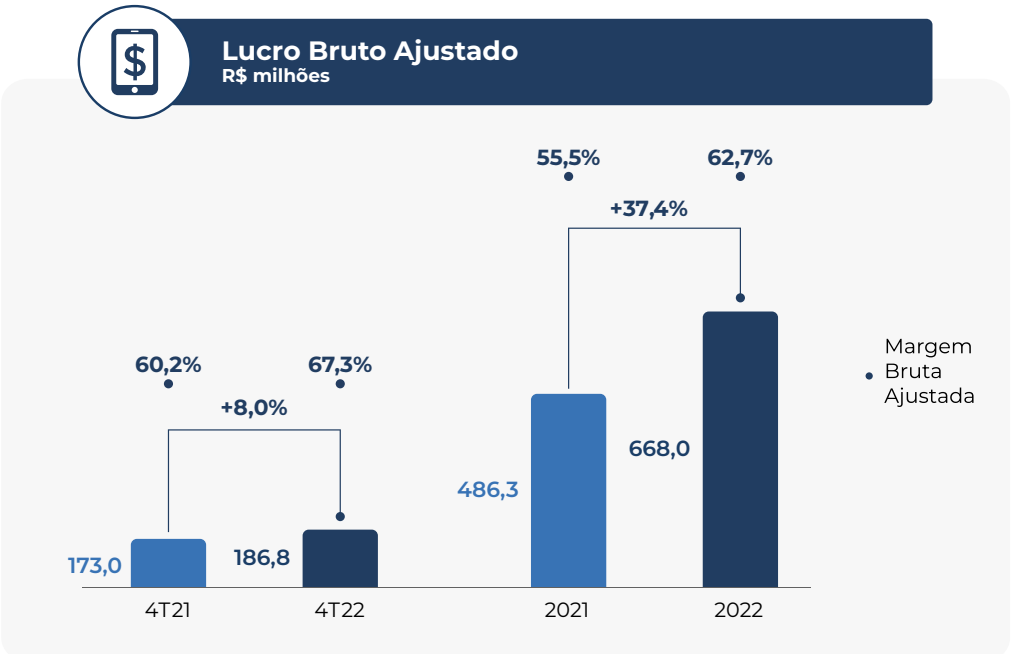
O faturamento bruto da Companhia foi de R$ 347,6 milhões no 4T22, -3,5% vs. o 4T21 e R$ 1,3 bilhão em 2022, resultado superior em 20,3% vs. 2021.

Faturamento Bruto R$ milhões	4T21	4T22	Var. %	2021	2022	Var. %
Faturamento	**360,1**	**347,6**	**-3,5%**	**1.094,4**	**1.316,5**	**20,3%**
Por Canal						
B2C	**268,5**	**270,3**	**0,7%**	**779,6**	**960,5**	**23,2%**
Lojas Físicas	232,4	223,6	-3,8%	629,7	795,4	26,3%
Digital	36,1	46,7	29,4%	149,9	165,1	10,1%
B2B	**53,3**	**54,8**	**2,8%**	**198,5**	**273,6**	**37,8%**
Outlets	**38,3**	**22,5**	**-41,4%**	**116,4**	**82,4**	**-29,2%**
Lojas Outlets	34,6	19,0	-45,1%	103,9	71,9	-30,8%
Site Estoque	3,7	3,4	-6,6%	12,4	10,5	-15,5%
Por Marca						
Le Lis	149,2	159,6	7,0%	444,9	579,0	30,1%
Dudalina	62,4	56,2	-10,0%	189,4	226,6	19,6%
Individual	16,3	16,9	3,5%	54,2	70,9	30,7%
BO.BÔ	21,8	27,5	26,2%	67,2	94,6	40,7%
John John	66,7	64,2	-3,7%	205,5	252,6	22,9%
Rosa Chá	4,9	0,3	-93,1%	16,0	5,4	-66,3%
Estoque (Outlets)	38,3	22,5	-41,4%	116,4	82,4	-29,2%
Outras	0,6	0,5	-14,4%	0,7	4,9	622,3%

Lucro Bruto

O lucro bruto ajustado registrado no período foi de R$ 186,8 milhões, +8,0% vs. o 4T21, com a margem bruta no 4T22 de 67,3%, +7,1p.p. vs. o 4T21. No acumulado do ano, o lucro bruto ajustado ficou em R$ 668,0 milhões, +37,4% vs. 2021 com margem de 62,7%, +7,2p.p. vs. 2021.

O aumento do indicador é decorrente da melhora da margem bruta nos canais B2C e B2B, "efeito margem" de 570 bps no ano, e queda na representatividade do canal outlet, e "efeito canal" de 150 bps, totalizando um incremento de margem no período de 720 bps.



Despesas Operacionais

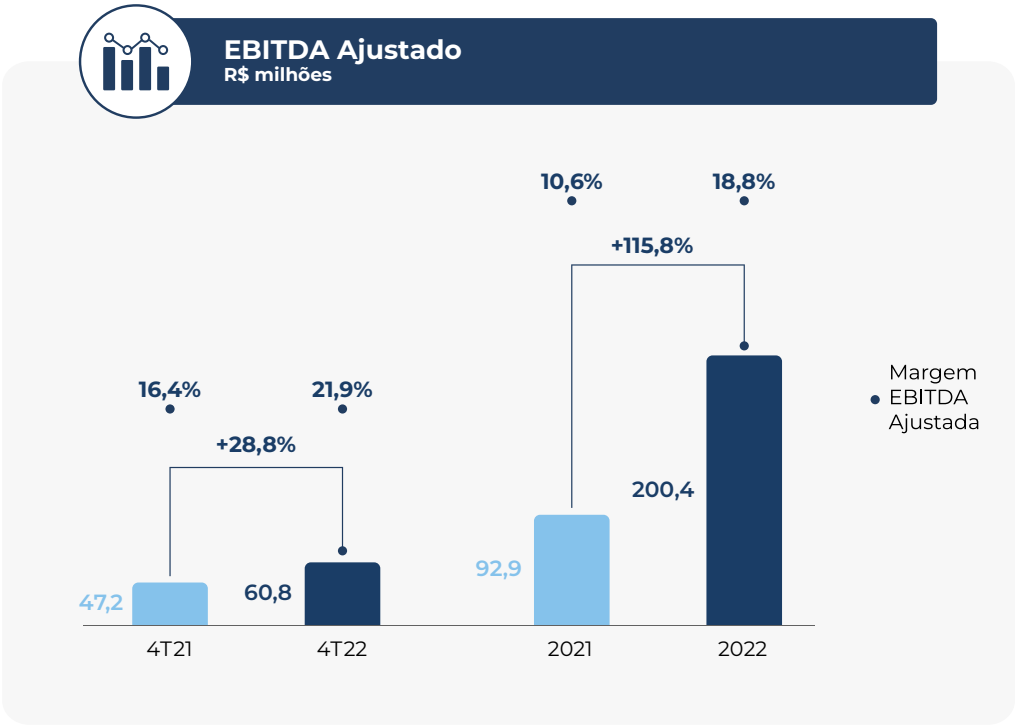
As despesas operacionais atingiram R$ 127,9 milhões no 4T22, equivalente a 46,1% da receita líquida da Companhia no período. Em comparação ao mesmo período de 2021, o patamar de despesas se manteve linear, com crescimento de 0,3%. No acumulado do ano, houve um ganho de eficiência de 1,1p.p. nesse indicador, decorrente da diluição das despesas conforme a Companhia aumenta sua receita e eficiência operacional.

Despesas R$ Mil	4T21 Ajustado	%ROL	4T22 Ajustado	%ROL	Var. %	2021 Ajustado	%ROL	2022 Ajustado	%ROL	Var. %
Pessoal	(65.566)	-22,8%	(64.373)	-23,2%	-1,8%	(208.524)	-23,8%	(241.748)	-22,7%	15,9%
Ocupação	(21.446)	-7,5%	(21.464)	-7,7%	0,1%	(74.611)	-8,5%	(81.363)	-7,6%	9,0%
Marketing	(15.791)	-5,5%	(15.820)	-5,7%	0,2%	(53.286)	-6,1%	(55.080)	-5,2%	3,4%
Comissão de cartão de crédito	(5.472)	-1,9%	(5.358)	-1,9%	-2,1%	(16.096)	-1,8%	(19.427)	-1,8%	20,7%
Outras receitas (despesas)	(19.257)	-6,7%	(20.849)	-7,5%	8,3%	(46.918)	-5,4%	(77.053)	-7,2%	64,2%
Subtotal	**(127.532)**	**-44,4%**	**(127.864)**	**-46,1%**	**0,3%**	**(399.435)**	**-45,6%**	**(474.671)**	**-44,5%**	**18,8%**
Depreciação e amortização	(45.416)		(42.880)		-5,6%	(146.478)		(155.766)		6,3%
SG&A	**(172.948)**		**(170.744)**		**-1,3%**	**(545.913)**		**(630.437)**		**15,5%**

Outras receitas (despesas): crescimento no ano decorrente do impacto, principalmente, de despesas de frete e mão de obra nas operações do B2C Digital, que acompanharam a melhor performance de vendas ao longo de 2022 e representaram 45,9% dessa variação. Excluindo esses impactos, a variação na linha de outras despesas seria de 34,7% em 2022.

EBITDA

O EBITDA ajustado da Companhia foi de R$ 60,8 milhões no 4T22, +28,8% vs. o 4T21 e R$ 200,4 milhões no ano de 2022, resultado superior em 115,8% vs. 2021. O avanço nesse indicador decorre do aumento de eficiência e qualidade das margens em todos os canais de venda, preservando o foco em rentabilidade e maior alavancagem operacional com redução de despesas em relação à receita líquida.



Fluxo de Caixa e Investimentos

O fluxo de caixa operacional no 4T22 foi de R$ 75,7 milhões, com variação de 109,1% vs. o 4T21 em razão da melhor performance da operação de vendas da Companhia, que refletiu na linha do EBITDA. No ano a empresa gerou R$ 240,2 milhões no fluxo de caixa operacional, +50,5% vs. 2021.

Em 2022, tivemos a retomada nos investimentos, que somaram R$ 130,8 milhões, valor 50,8% vs. 2021. Entre eles destacam-se a modernização do parque de lojas, com ênfase nas lojas do *shopping* Iguatemi São Paulo, JK Iguatemi e Alphaville Iguatemi; e o processo de migração das plataformas de *e-commerce* para um novo provedor.

Fluxo de Caixa e Investimentos R$ Mil	4T21	4T22	Var.%	2021	2022	Var.%
EBITDA	**(12.372)**	**254.200**		**33.337**	**393.858**	
(-) Efeitos da conversão das debêntures	-	(233.907)			(233.907)	
Subtotal	**(12.372)**	**20.293**		**33.337**	**159.951**	
Contas a receber	(58.108)	10.997		(53.815)	32.456	
Estoques	21.095	(19.234)		23.709	(48.817)	
Fornecedores	(15.931)	4.008		575	12.721	
Outros contas de giro	101.539	59.667		155.845	83.979	
FC Operacional	**36.223**	**75.731**	**109,1%**	**159.651**	**240.290**	**50,5%**
(-) Capex	(26.526)	(36.586)		(86.689)	(130.764)	
FC Operacional após investimentos	**9.697**	**39.145**	**303,7%**	**72.962**	**109.526**	**50,1%**
(+/-) Outras despesas com efeito caixa	(15.373)	6.689		(48.663)	(26.612)	
FC Antes das Atividades de Financiamento	**(5.676)**	**45.834**	**n.a**	**24.299**	**82.914**	**241,2%**

Endividamento e Estrutura de Capital

A dívida líquida da Companhia ao final do 4T22 era de R$ 65,3 milhões.

Endividamento R$ Mil	4T21	3T22	4T22
Caixa e equivalentes de caixa	46.109	39.194	62.992
Endividamento de curto prazo	(146.438)	(383.936)	(26)
Endividamento de longo prazo	(1.438.499)	(1.379.496)	(128.222)
Dívida Líquida	**(1.538.828)**	**(1.724.238)**	**(65.256)**

Conforme Fato Relevante e Aviso aos Debenturistas divulgados ao mercado em 20 de outubro de 2022, verificou-se a subscrição e integralização de ações no âmbito do Aumento de Capital correspondente a R$ 1.637.456.000 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), superior, portanto, à subscrição mínima de R$ 1.580.000.000 (um bilhão e quinhentos e oitenta milhões de reais) ("Subscrição Mínima").

Com a recente conclusão do processo de conversão do endividamento em ações, redução de 92,6% do montante da dívida e o aumento de capital de R$ 100 milhões (dos quais R$ 20 milhões foram efetivados em dezembro de 2022), a estrutura de capital entra em um patamar de equilíbrio e controle, possibilitando-nos traçar novos planos de investimentos e expansão. Ao final do trimestre, o indicador Dívida Líquida/EBITDA totalizou 0,33x.

O endividamento atual é relativo ao saldo das debêntures da 12ª emissão que não foram convertidos e à futura 13ª emissão para os debenturistas que optaram por converter 75% de seu saldo em ações, totalizando R$ 122,3 milhões.

Conforme temos feito ao longo dos últimos releases de resultados, para possibilitar uma visão da performance do negócio relacionada apenas à sua rentabilidade e à sua capacidade de gerar lucro líquido, apresentamos abaixo a análise desconsiderando o impacto dos juros da 12ª emissão de debêntures da Companhia em seu resultado. É possível verificar que, partindo do resultado ajustado de 2022 e excluindo o efeito de juros, a Companhia teria tido um lucro líquido de R$ 55,7 milhões, equivalente a uma margem líquida de 5,2%.

Visão | Resultado acumulado ajustado | ex. juros debêntures convertidas

Demonstrativo do resultado do exercício R$ mil	2021 (ajustado)	(-) juros*	2021 (pós ajuste)	2022 (ajustado)	(-) juros*	2022 (pós ajuste)
EBIT	**(59.609)**		**(59.609)**	**37.611**		**37.611**
(+/-) Resultado financeiro	(159.825)	**109.125**	(50.700)	(253.757)	**185.035**	(68.722)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	33.029	-	33.029	86.814	-	86.814
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(186.405)**	**109.125**	**(77.280)**	**(129.332)**	**185.035**	**55.703**

Visão | Resultado trimestral ajustado | ex. juros debêntures convertidas

Demonstrativo do resultado do exercício R$ mil	4T21 (ajustado)	(-) juros*	4T21 (pós ajuste)	4T22 (ajustado)	(-) juros*	4T22 (pós ajuste)
EBIT	**17**		**17**	**16.083**		**16.083**
(+/-) Resultado financeiro	(56.861)	**39.207**	(17.654)	(26.570)	**6.542**	(20.028)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	13.550	-	13.550	50.686	-	50.686
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(43.295)**	**39.207**	**(4.088)**	**40.199**	**6.542**	**46.741**

**O juro considerado para fins do ajuste relativo ao 4T22 é referente ao período pré conversão, que vai dos dias 1 a 10 de outubro de 2022.*

Demonstrativos Financeiros

Demonstrativo do Resultado do Exercício (Contábil)

Demonstrativo do resultado do exercício R$ mil	4T21	4T22	vs. 4T21	2021	2022	vs. 2021
Receita Líquida de vendas	**287.323**	**277.496**	**(9.827)**	**875.919**	**1.065.898**	**189.979**
(-) Custo dos produtos vendidos	(141.690)	(96.409)	45.281	(412.675)	(398.346)	14.329
(-) Depreciação & Amortização	(1.761)	(1.825)	(64)	(6.033)	(7.069)	(1.036)
Lucro bruto	**143.872**	**179.262**	**35.390**	**457.211**	**660.483**	**203.272**
Margem Bruta %	**50,1%**	**64,6%**	**14,5p.p**	**52,2%**	**62,0%**	**9,8p.p**
Receitas (despesas) operacionais	**(761.764)**	**24,6% 13.019**	**774.783**	**(1.134.728)**	**(446.674)**	**688.054**
(-) Pessoal	(65.566)	(64.373)	1.193	(208.524)	(241.748)	(33.224)
(-) Ocupação	(21.446)	(21.464)	(18)	(74.611)	(81.363)	(6.752)
(-) Marketing	(15.791)	(15.820)	(29)	(53.286)	(55.080)	(1.794)
(-) Outras receitas e despesas	(613.545)	164.259	777.804	(651.829)	93.986	745.815
(-) Depreciação & Amortização	(45.416)	(49.583)	(4.167)	(146.478)	(162.469)	(15.991)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**(617.892)**	**192.281**	**810.173**	**(677.571)**	**213.809**	**891.326**
(+/-) Resultado financeiro	(56.861)	(18.161)	38.700	(159.825)	(245.348)	(85.523)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**(674.753)**	**174.120**	**848.873**	**(837.342)**	**(31.539)**	**805.803**
(-) Imposto de renda e contribuição social	13.550	50.686	37.136	33.029	86.814	53.785
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(661.203)**	**224.806**	**886.009**	**(804.313)**	**55.275**	**859.588**
Margem líquida %	**-230,1%**	**81,0%**	**311,1p.p**	**-91,8%**	**5,2%**	**97,0p.p**
EBITDA	**(12.372)**	**254.200**	**266.572**	**33.337**	**393.858**	**360.521**
Margem EBITDA %	**-4,3%**	**91,6%**	**96p.p**	**3,8%**	**37,0%**	**33p.p**

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial R$ mil	4T21	4T22
Ativo circulante	**503.683**	**499.379**
Caixa e bancos	34.155	48.835
Aplicações Financeiras	11.954	14.157
Contas a receber	156.901	111.400
Estoques	231.503	271.359
Impostos a recuperar	63.059	45.314
Despesas antecipadas	3.657	6.455
Outros créditos	2.454	1.859
Ativo não circulante	**1.017.782**	**1.092.302**
Depósito judicial	2.528	8.412
Imposto a recuperar	117.818	80.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	153.971	240.785
Contas a receber	7.739	626
Depósito garantia	-	-
Imobilizado	269.693	271.462
Intangível	466.033	490.398
Total do ativo	**1.521.465**	**1.591.681**

Balanço Patrimonial R$ mil	4T21	4T22
Passivo circulante	**481.113**	**375.533**
Empréstimos e financiamentos	26.549	26
Debêntures	146.421	-
Cessão de recebíveis com direito de regresso	-	40.465
Fornecedores	116.838	129.559
Outras obrigações	114.199	134.969
Arrendamentos	56.240	52.532
Mútuos pagos - Partes Relacionadas	-	-
Provisões diversas	20.866	17.982
Passivo não circulante	**1.568.076**	**280.919**
Empréstimos e financiamentos	5.869	5.886
Debêntures	1.432.630	122.336
Obrigações tributárias	9.972	8.147
Arrendamentos	89.607	109.481
Provisão para contingências	29.998	35.069
Patrimônio Líquido	**(527.724)**	**935.229**
Capital Social	624.758	824.758
Reserva de capital	25	25
Ajustes acumulados de conversão	(1.179)	(962)
Recursos para aumento de capital	-	20.000
Reserva de lucro	-	91.408
Resultados acumulados	(1.151.328)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.521.465**	**1.591.681**

Fluxo de Caixa

Demonstrativo do Fluxo de Caixa R$ mil	2021	2022
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**(837.342)**	**(31.539)**
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos impostos ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**888.244**	**199.142**
Depreciações e amortizações	152.511	169.533
Redução ao valor recuperável (impairment) de imobilizado e intangível	558.343	10.511
Resultado na venda/baixa do imobilizado	15	374
Perdas não realizadas com derivativos	-	-
Provisão para contingências	15.165	13.045
Despesa de juros	111.528	193.141
Despesas de juros sobre cessão de recebíveis com direito de regresso	-	6.419
Provisão para perdas em estoque	29.093	8.961
Variação cambial	103	-
Constituição para perda esperada de recebíveis comerciais	7.422	20.158
Provisões de devolução de venda	-	-
Provisões diversas	-	6.876
Juros de arrendamentos	14.064	16.120
Valor justo por conversão passivo financeiro extinto em Patrimônio Líquido	-	(233.907)
Valor justo por remensuração da dívida	-	(12.089)
Variação de ativos e passivos operacionais	**60.809**	**31.299**
Contas a receber	(53.815)	32.456
Estoques	23.709	(48.817)
Impostos a recuperar	55.860	54.944
Despesas antecipadas	(1.274)	(2.798)
Outros créditos a receber	670	596
Depósitos judiciais	560	(5.884)
Fornecedores	575	12.721
Provisões diversas	5.769	(9.760)
Obrigações tributárias	17.764	(5.738)
Obrigações trabalhistas	15.130	3.319
Outras contas a pagar	8	8.234
Depósito garantia	-	-
Pagamento de contingências	(4.147)	(7.974)
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades operacionais	**111.711**	**198.902**
Acréscimo do imobilizado	(14.030)	(29.820)
Acréscimo do intangível	(72.659)	(100.939)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(723)	(2.203)
Venda de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(87.412)**	**(132.962)**
Adição de empréstimos e debêntures	79.448	-
Captação de cessão de recebíveis com direito de regresso	-	144.818
Pagamento de empréstimos e debêntures	(49.450)	-
Pagamento de principal e juros de cessão de recebíveis com direito de regresso	-	(137.304)
Mútuo a pagar - Partes Relacionadas	-	-
Dividendos pagos	-	-
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	(76.117)	(75.747)
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	-	(393)
Aumento de Capital Social	-	109
Adiantamento para Aumento de Capital	-	20.000
Gastos com aumento de Capital Social	-	(2.960)
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento	**(46.119)**	**(51.477)**
Efeito de variação cambial pela conversão de investimentos no exterior	(239)	217
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(22.059)**	**(14.680)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	56.214	34.155
No fim do exercício	34.155	48.835
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(22.059)**	**14.680**

Resumo Operacional

	4T21	4T22	VAR.%	2021	2022	VAR.%
Total Rede						
Consolidado						
Total de Lojas Próprias	225	188	-16,4%	225	188	-16,4%
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	46.182	40.197	-13,0%	46.182	40.197	-13,0%
Área média de vendas (m²)	47.520	40.180	-15,4%	42.410	37.225	-12,2%
Receita líquida por m² (R$/m²)	4.304	4.726	9,8%	11.690	16.627	42,2%
Ticket médio (ex-outlets)	731	856	17,1%	667	851	27,6%
SSS (ex-outlets)	72,4%	8,5%	n.a	64,2%	32,1%	n.a
Visão por Marca						
Le Lis						
Total de Lojas Próprias	80	74	-7,5%	80	74	-7,5%
Área de vendas (m²)	25.930	23.961	-7,6%	25.930	23.961	-7,6%
Área média de vendas (m²)	26.787	24.032	-10,3%	27.403	24.659	-10,0%
Receita líquida por m² (R$/m²)	3.529	4.195	18,9%	9.806	14.365	46,5%
Ticket médio	796	957	20,1	728	941	29,3%
SSS	80,4%	11,1%	n.a	69,6%	34,2%	n.a
Dudalina						
Número Total de Lojas Próprias	55	39	-29,1%	55	39	-29,1%
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	3.736	2.448	-34,5%	3.736	2.448	-34,5%
Área média de vendas (m²)	3.945	2.395	-39,3%	4.100	2.830	-31,0%
Receita líquida por m² (R$/m²)	7.449	10.388	39,5%	20.130	31.595	57,0%
Ticket médio	598	610	1,9%	500	627	25,2%
SSS	47,1%	11,6%	n.a	45,1%	31,3%	n.a
BO.BÔ						
Número Total de Lojas Próprias	17	18	5,9%	17	18	5,9%
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	1.600	1.710	6,9%	1.600	1.710	6,9%
Área média de vendas (m²)	1.714	1.674	-2,4%	1.786	1.619	-9,4%
Receita líquida por m² (R$/m²)	8.278	10.409	25,7%	22.847	34.607	51,5%
Ticket médio	1.651	2.190	32,6%	1.463	2.109	44,2%
SSS	110,9%	25,0%	n.a	110,3%	40,5%	n.a
John John						
Número Total de Lojas Próprias	48	46	-4,2%	48	46	-4,2%
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	7.945	7.642	-3,8%	7.945	7.642	-3,8%
Área média de vendas (m²)	8.075	7.642	-5,4%	8.151	7.692	-5,6%
Receita líquida por m² (R$/m²)	4.454	4.230	-5,0%	11.281	15.081	33,7%
Ticket médio	569	635	11,6%	540	654	21,1%
SSS	62,5%	-7,4%	n.a	53,5%	24,3%	n.a
Rosa Chá						
Número Total de Lojas Próprias	8	-	-100,0%	8	-	-100,0%
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	849	-	-100,0%	849	-	-100,0%
Área média de vendas (m²)	876	-	-100,0%	970	407	-58,0%
Receita líquida por m² (R$/m²)	4.542	-	-100,0%	12.133	8.147	-32,9%
Ticket médio	1.415	-269	-119,0%	1.259	1.043	-17,2%
SSS	110,9%	31,1%	n.a	64,4%	-4,6%	n.a
Outlets						
Número Total de Lojas Próprias	17	10	-41,2%	17	10	-41,2%
Área de vendas das Lojas Próprias (m²)	6.122	4.362	-28,7%	6.122	4.362	-28,7%
Área média de vendas (m²)	6.122	4.362	-28,7%	6.230	4.581	-26,5%
Receita líquida por m² (R$/m²)	4.325	3.307	-23,5%	12.581	11.784	-6,3%
Ticket médio	253	321	27,0%	266	351	32%
SSS	2,6%	-27,9%	n.a	29,0%	-14,4%	n.a

VESTE

WWW.VESTE.COM

VESTE S.A. ESTILO
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43
NIRE nº 35.300.344.910
Companhia Aberta

Os Diretores da Veste S.A. Estilo ("Companhia") abaixo relacionados, declaram que, para fins do artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e divulgadas nesta data.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Alexandre Calixto Afrange
Diretor Presidente

Fernando Pedroso dos Santos
Diretor Financeiro

Rogério Okada
Diretor de Abastecimento e Logística

Renata Caldeira Viacava
Diretora de Supervisão de Lojas

Guilherme de Biagi Pereira
Diretor de Relações com Investidores

Elisa Bastos de Lima
Diretora de Planejamento Financeiro

VESTE S.A. ESTILO
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43
NIRE nº 35.300.344.910
Companhia Aberta

Os Diretores da VESTE S.A. ESTILO ("Companhia") abaixo relacionados, declaram que, para fins do artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e divulgadas nesta data.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Alexandre Calixto Afrange
Diretor Presidente

Fernando Pedroso dos Santos
Diretor Financeiro

Rogério Okada
Diretor de Abastecimento e Logística

Renata Caldeira Viacava
Diretora de Supervisão de Lojas

Guilherme de Biagi Pereira
Diretor de Relações com Investidores

Elisa Bastos de Lima
Diretora de Planejamento Financeiro

VESTE S.A. ESTILO
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 49.669.856/0001-43
NIRE 35.300.344.910

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023

Data, Horário e Local: Dia 28 de março de 2023, às 14 horas, na sede da Companhia e pela plataforma Webex, conforme facultado pelo disposto no §1º do Artigo 18 do Estatuto Social da Veste S.A. Estilo ("Companhia").

Convocação: A reunião foi devida e regularmente convocada no dia 21 de março de 2023, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Presença: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. Presentes também, como convidados, os Diretores Alexandre Afrange (Diretor Presidente), Fernando Pedroso dos Santos (Diretor Financeiro), e Guilherme Biagi (Diretor de Relações com Investidores), assim como o Sr. Wagner Bottino, representante da KPMG Auditores Independentes.

Instalação: Verificado o quórum de instalação e aprovação, a reunião foi regularmente instalada, nos termos do §3º do Artigo 18 do Estatuto Social.

Mesa: Presidente: Marcelo Faria de Lima; Secretário: Livinston Bauermeister.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a apreciação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; **(ii)** a apreciação do orçamento de capital para o ano de 2023, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(iii)** a proposta para adequação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento do capital social aprovado em 08 de fevereiro de 2023, com a consequente consolidação do Estatuto Social; **(iv)** a submissão das matérias constantes dos itens (i), (ii) e (iii) à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e a autorização para a sua convocação; e **(v)** a definição sobre a contratação de empresa para os serviços de auditoria independente.

Deliberações: Após análise e discussão dos itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **(i)** manifestaram-se favoravelmente sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; **(ii)** manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022, sendo (a) formação de reserva legal, no valor de R$ 2.764

mil, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A., (b) pagamento do dividendo mínimo obrigatório, no valor de R$ 13.128 mil, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., e (c) retenção do valor remanescente para fazer face a orçamento de capital para o ano de 2023, apresentado pela Diretoria, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; **(iii)** manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta para adequação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, em razão do aumento do capital social aprovado em 08 de fevereiro de 2023 e a consequente consolidação do Estatuto Social; **(iv)** aprovaram a submissão das matérias constantes dos itens (i), (ii) e (iii) da ordem do dia à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e a consequente convocação dessas Assembleias; e **(v)** aprovaram a contratação da empresa Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente para a Companhia, nos termos da recomendação apresentada pelo Comitê de Auditoria.

Apresentações: Os Diretores presentes fizeram uma apresentação sobre os indicadores operacionais e financeiros da Companhia relativos ao 4º trimestre de 2022 e sobre o exercício social de 2022, bem como atualizações sobre o desempenho recente da Companhia. Foi também apresentada e discutida a evolução dos trabalhos do Comitê Digital.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para a lavratura da presente ata, na forma de sumário, que depois de lida foi aprovada pelos Conselheiros por meio de correios eletrônicos enviados aos Conselheiros, de acordo com o previsto no edital de convocação e acima registrado.

Assinaturas: A presente ata é assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa e pelos Conselheiros Marcelo Faria de Lima, Livinston Bauermeister, Paulo Souza Queiroz Figueiredo, Luciana de Oliveira Cezar Coelho, João Marcos Pequeno de Biase e Carolina Rossi Wosiack.

A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio

São Paulo, 28 de março de 2022.

Marcelo Faria de Lima
Presidente

Livinston Bauermeister
Secretário

VESTE S.A. ESTILO

CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43

NIRE nº 35.300.344.910

Companhia Aberta

Os membros do Comitê de Auditoria, reunidos com os Diretores e com a KPMG Auditores Independentes, analisaram as Demonstrações Financeiras da VESTE S.A. ESTILO ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após discussões e esclarecimentos pertinentes, os membros do Comitê encaminharam seu parecer ao Conselho de Administração, recomendando, por unanimidade dos membros presentes, a aprovação das referidas Demonstrações.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Marcelo Moojen Epperlein

Luciana Cezar Coelho

Livinston Martins Bauermeister